

INFORMAÇÕES PRÉVIAS E IMPORTANTES SOBRE SEU CONSORCIO

É importante estar ciente das principais regras do produto. Por isso recomendamos a leitura na íntegra do presente CONTRATO.

466776
MARINGÁ - PR

1. Não há garantia quanto à data de contemplação. A contemplação é efetuada mediante Sorteio e Lance, de modo que a **ADMINISTRADORA** não comercializa cota contemplada.
2. **A antecipação de pagamento de prestações do CONSORCIADO ATIVO NÃO CONTEMPLADO não lhe dará o direito de exigir CONTEMPLAÇÃO**
3. Caso haja desistência do CONSORCIO antes de ser contemplado, o CONSORCIADO somente receberá parte do valor pago (descontadas as obrigações contratuais) por meio de sorteios mensais de desistentes ou no prazo de encerramento do GRUPO, nos termos da Lei nº 11.795/2008.
4. O valor da parcela pode variar em função da alteração do valor do crédito do bem de referência.
5. Após a contemplação e antes da utilização do crédito, o valor ficará aplicado e será pago com os rendimentos líquidos financeiros. Porém, se o valor do bem de referência for alterado, não haverá alteração no valor do crédito do CONSORCIADO CONTEMPLADO. Somente as parcelas serão reajustadas a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do GRUPO DE CONSÓRCIOS.
6. Para a utilização do crédito, o CONSORCIADO deverá comprovar capacidade de pagamento:
 - a. Pessoa Física: comprometimento máximo de 30% (trinta por cento) da renda líquida em relação ao valor da parcela;
 - b. Pessoa Jurídica: comprometimento máximo de 10% (dez por cento) do faturamento bruto mensal em relação ao valor da parcela;
 - c. O Fiador deverá comprovar renda líquida de no mínimo 02 vezes superior ao valor das parcelas.
7. Para a utilização do CRÉDITO, o CONSORCIADO não poderá ter restrições cadastrais, devendo apresentar as garantias exigidas no CONTRATO. A ADMINISTRADORA fará a análise da situação cadastral do CONSORCIADO no momento da contemplação, devendo o mesmo apresentar a documentação constante do ANEXO I deste Contrato (Check List Pós Contemplação).
8. Está o CONSORCIADO ciente de que:
 - a. A ADMINISTRADORA na avaliação do crédito poderá solicitar a apresentação de Fiador ou Avalista como forma de garantia adicional;
 - b. **Nos casos de Consorciados com idade igual ou acima de 65 (sessenta anos) poderá a Administradora exigir a apresentação de Fiador ou Avalista como forma de garantia adicional, independente da capacidade de pagamento, para liberação do crédito.**
 - c. **Não poderá adquirir veículos novos ou usados provenientes de leilão, com chassis remarcado, de trilha, de competição e recuperados de sinistros.**
9. Que, uma vez contemplado e na posse do bem, o atraso no pagamento das parcelas mensais acarretará multa contratual e juros moratórios, estando sujeito às ações extrajudiciais e judiciais competentes, além de negativação de seu nome junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito.
10. Que poderá a ADMINISTRADORA, quando da assinatura da PROPOSTA, cobrar valor a título de taxa de administração antecipada, conforme previsão contida neste CONTRATO, e na Lei nº 11.795/2008.
11. Que o GRUPO DE CONSÓRCIO poderá ser constituído com créditos diferenciados e a seu critério, poderá praticar taxas de administração diferenciadas dentro do mesmo Grupo, levando em consideração o perfil do CONSORCIADO e/ou o interesse negocial da ADMINISTRADORA.
12. Que poderá a ADMINISTRADORA, condicionar a liberação do crédito a contratação do Seguro de Vida pelo CONSORCIADO e Seguro do Bem adquirido, visando resguardar o bem adquirido e ofertado em garantia no Grupo de Consórcio.
13. Que quando da **aquisição de um bem móvel usado**, a Administradora fará a liberação do crédito dentro da média praticada pelo mercado, verificada e limitada ao valor da Tabela FIPE ou similar.
14. **O CONSORCIADO contemplado por lance, cujo pagamento tenha sido confirmado, ou o CONSORCIADO contemplado por sorteio, não poderão desistir da contemplação.**

CLÁUSULAS TÉCNICAS
Contrato de Adesão

DEFINIÇÕES PRÉVIAS

466776

Administradora de Consórcio: é a pessoa jurídica autorizada pelo Banco Central do Brasil a formar GRUPOS DE CONSÓRCIOS e a administrar os negócios e interesses dos CONSORCIADOS.

Alienação Fiduciária: é a forma de garantir o pagamento de uma dívida, onde o devedor se mantém na posse do bem e transfere a sua propriedade ao Credor, readquirindo-a concomitantemente à liquidação e o término de suas obrigações.

Assembleia Geral Ordinária ou AGO: é a reunião dos participantes do GRUPO DE CONSÓRCIO, em periodicidade determinada neste Contrato, para realização de contemplação, atendimento e prestação de informações aos CONSORCIADOS.

Assembleia Geral Extraordinária ou AGE: é a reunião dos participantes do GRUPO DE CONSÓRCIO, destinada à tomada de decisões em caráter extraordinário.

Consorciado: é a pessoa natural ou jurídica que integra o GRUPO DE CONSÓRCIO como titular de cota numericamente identificada e assume a obrigação de contribuir para o cumprimento integral de seus objetivos.

Consorciado Ativo: é o CONSORCIADO que mantém obrigações para com o Grupo de Consórcio inclusive aquele que antecipou todas as prestações, mas ainda não foi contemplado.

Consorciado Excluído: é o CONSORCIADO que deixar de participar do grupo por desistência voluntária ou por inadimplemento contratual nos termos deste Contrato.

Contemplação: é a atribuição ao CONSORCIADO ativo do direito de utilizar o valor do crédito para aquisição de bem móvel, bem como, no caso de CONSORCIADO excluído, para restituição de parcelas pagas, na forma prevista neste Contrato.

Cota: é a fração correspondente à participação numericamente identificada de cada CONSORCIADO no GRUPO DE CONSÓRCIO.

Crédito: é o valor correspondente ao preço do Bem Objeto na data da AGO em que ocorrer a contemplação, acrescido dos rendimentos da aplicação financeira prevista neste Contrato.

Fundo Comum: é a soma de importâncias recolhidas pelos participantes do GRUPO DE CONSÓRCIO que se destinam às contemplações.

Fundo de Reserva: é o percentual aplicado sobre o valor do bem objeto, pago pelos Consorciados, com objetivo de constituir um fundo auxiliar, a ser utilizado nas situações definidas neste Contrato.

Grupo de Consórcio: é a reunião de pessoas naturais e/ou jurídicas, reunidas pela Administradora, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, com a finalidade de propiciar a seus integrantes, de forma isonômica, a aquisição de bens móveis.

Seguro de Vida - Prestamista: é o seguro contratado pela ADMINISTRADORA, na qualidade de estipulante, que tem como objetivo, em caso de morte ou invalidez, garantir uma indenização correspondente à quitação do saldo devedor, observadas as regras estabelecidas pela Seguradora contratada.

Seguro de Quebra de Garantia: é o seguro contratado pela ADMINISTRADORA, na qualidade de estipulante, com objetivo de, em caso de inadimplência dos Consorciados ativos contemplados, garantir o recebimento, pelo GRUPO DE CONSÓRCIO, dos valores devidos, observadas as regras estabelecidas pela Seguradora, com consequente manutenção da cobrança extrajudicial e judicial do débito dos Consorciados inadimplentes.

Taxa de Administração: é a remuneração paga pelo CONSORCIADO à ADMINISTRADORA pelos serviços prestados na formação, organização e administração dos interesses do GRUPO DE CONSÓRCIO.

ADMINISTRADORA

466776

MARINGÁ - PR

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA., devidamente autorizada a constituir Grupos de Consórcio pelo Banco Central do Brasil, através do Certificado de Autorização nº0801409288, de 19/05/2010, com sede na Avenida Duque de Caxias, nº 882, Sobreloja 2, Novo Centro, cidade de Maringá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.228.808/0001-00, com funções de gestora dos negócios do Grupo de Consórcio e mandatária de seus direitos a quem representa ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, na defesa dos direitos e interesses coletivamente considerados, e para execução do presente contrato, elaborado em conformidade com a Lei nº 11.795/2008 e Circular nº 3.432/2009 do Banco Central do Brasil.

CONSORCIADO

O CONSORCIADO é a pessoa natural ou jurídica, devidamente qualificada na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, que integra o GRUPO DE CONSÓRCIO, como titular de cota numericamente identificada, assumindo a obrigação de contribuir para o alcance integral de seus objetivos, na forma estabelecida no presente CONTRATO.

PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO

A PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO é o instrumento pelo qual o PROPONENTE, doravante denominado CONSORCIADO, formaliza seu ingresso e participação em Grupo de Consórcio, proposta esta que se aperfeiçoará em CONTRATO na data da constituição do Grupo de Consórcio, conforme previsto na Lei 11.795/2008.

CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO

1 – O CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO POR ADESÃO é o instrumento que, firmado pelo CONSORCIADO e pela ADMINISTRADORA de Consórcio, cria vínculo jurídico obrigacional entre as partes e pelo qual o CONSORCIADO formaliza seu ingresso em Grupo de Consórcio, estando nele expressas as condições da operação de Consórcio, bem como os direitos e deveres das partes contratantes.

- I. O CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO em GRUPO DE CONSÓRCIO aperfeiçoar-se-á na data de constituição do GRUPO;
- II. O presente CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO de CONSORCIADO contemplado é título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 10, § 6º, da Lei nº 11.795/2008;
- III. A ADMINISTRADORA entregará ao CONSORCIADO, no ato da assinatura da PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, 1 (uma) via impressa do presente CONTRATO, registrado no cartório competente, tomando previamente, ciência integral de todas as condições previstas nele.

2 – O CONSORCIADO poderá desistir de sua participação no GRUPO, no prazo de 7 (sete) dias, contados da assinatura da Proposta de Participação, desde que tenha a mesma sido formalizada fora das dependências da ADMINISTRADORA e que o CONSORCIADO não tenha participado da Assembleia Geral Ordinária, dessa forma o valor correspondente à primeira parcela paga será devolvido, acrescido dos rendimentos financeiros do período.

GRUPO DE CONSÓRCIO

3 – O GRUPO DE CONSÓRCIO é a reunião de pessoas naturais e jurídicas em Grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, promovida por ADMINISTRADORA de

Consórcio, com a finalidade de propiciar a seus integrantes, de forma isonômica, a aquisição de bens móveis, por meio de autofinanciamento.

REGISTRO DE TÍTULOS
e DOCUMENTOS

466776

MARINGÁ - PR

4 – O GRUPO DE CONSÓRCIO, doravante denominado simplesmente de **GRUPO**, é possuidor das seguintes características, aceitas expressamente pelas partes:

- I. É uma sociedade não personificada, constituída na data da realização da 1ª (primeira) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, para os fins indicados na Cláusula 3.
- II. É autônomo em relação aos demais Grupos administrados, possuindo patrimônio próprio, que não se confunde com o de outro Grupo, nem com o da ADMINISTRADORA;
- III. O interesse do GRUPO prevalece, em qualquer circunstância, sobre os interesses individuais dos CONSORCIADOS;

5 – As regras gerais de organização, de funcionamento e de administração valem uniformemente e obrigam a todas as partes: o GRUPO DE CONSÓRCIO, o CONSORCIADO individualmente e a ADMINISTRADORA.

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE CONSÓRCIO

6 – O GRUPO DE CONSÓRCIO será constituído formalmente na data da 1ª (primeira) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO), denominada Assembleia de Constituição, convocada pela ADMINISTRADORA, após a adesão de CONSORCIADOS em número e condições suficientes para assegurar a viabilidade econômico-financeira para o GRUPO. É admitida a formação de Grupos:

- I. Com créditos de valores diferenciados, observado que o crédito de menor valor, vigente ou definido na data da constituição do GRUPO, não pode ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do crédito de maior valor;
- II. Com Taxa de Administração diferenciada, em percentuais estabelecidos a critério da ADMINISTRADORA.

7 – O número máximo de CONSORCIADOS ATIVOS de cada GRUPO, na data de sua constituição, o qual não será alterado ao longo de sua duração, será o resultado da multiplicação do número de meses fixado para sua duração pela quantidade média de créditos previstos para CONTEMPRAÇÃO no período. Assim, pela divisão do número máximo de participantes pelo número de meses de duração do GRUPO, obtém-se o número previsto de contemplações por ASSEMBLEIA.

- I. O GRUPO DE CONSÓRCIO terá o prazo de duração estabelecido na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO A GRUPO DE CONSÓRCIO;
- II. O número máximo de cotas de CONSORCIADOS ATIVOS de cada GRUPO será indicado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO A GRUPO DE CONSÓRCIO.

8 – O GRUPO DE CONSÓRCIO será constituído pelo ingresso de pessoas naturais e/ ou jurídicas, na qualidade de CONSORCIADOS, mediante adesão por assinatura da PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO e, desde que atendam aos seguintes critérios:

- I. Apresentar condições para a tomada de crédito;
- II. Não poderá apresentar desabonos de crédito nos órgãos de proteção ao crédito (ex.: Serasa e SPC);
- III. Capacidade de Pagamento:
 - a. Pessoa Física: O CONSORCIADO individualmente poderá comprometer no máximo 30% (trinta por cento) da renda líquida em relação ao valor da parcela ou a soma das parcelas, quando o CONSORCIADO possuir mais de uma cota;
 - b. Pessoa Jurídica: Não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) do faturamento bruto

REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS

466776

MARINGÁ - PR

mensal, condicionado ao valor da parcela ou a soma das parcelas quando o CONSORCIADO possuir mais de uma cota.

9 – O percentual de cotas de um mesmo CONSORCIADO em um mesmo GRUPO em relação ao número máximo de cotas de CONSORCIADOS ATIVOS, fica limitado a 10% (dez por cento), podendo a ADMINISTRADORA a seu critério, fixar percentual menor.

10 – A ADMINISTRADORA exigirá do CONSORCIADO, por ocasião da ADESÃO ao GRUPO DE CONSÓRCIO, declaração de situação econômico-financeira compatível com a participação no GRUPO, sem prejuízo, no momento da CONTEMPLAÇÃO, de nova análise econômico-financeira, e da apresentação dos demais documentos previstos no CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO.

11 – No ato da assinatura do presente instrumento será cobrada a 1ª (primeira) prestação, cuja importância, acrescida dos rendimentos financeiros, será considerada definitivamente paga na data da primeira AGO do Grupo.

12 – O GRUPO deverá ser constituído no prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura deste instrumento. Caso isso não ocorra, as importâncias pagas serão restituídas a partir do primeiro dia útil seguinte a esse prazo, acrescidas dos rendimentos líquidos provenientes de sua aplicação financeira.

13 – A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO, em qualquer hipótese, somente poderá concorrer ao sorteio ou lance após a CONTEMPLAÇÃO de todos os demais CONSORCIADOS. O disposto nesta Cláusula aplica-se, inclusive:

- I. Aos administradores e pessoas com função de gestão na ADMINISTRADORA;
- II. Aos administradores e pessoas com função de gestão em empresas coligadas, controladas ou controladoras da ADMINISTRADORA;
- III. Às empresas coligadas, controladas ou controladoras da ADMINISTRADORA.

REAJUSTE DO VALOR DO BEM

14 – O reajuste do preço do Bem poderá ser definido pela ADMINISTRADORA na constituição do Grupo de consórcio e confirmado na assembleia de constituição do GRUPO:

- I. Tabela sugerida pelo fabricante, fornecedor, distribuidor ou órgão competente, na praça da sede da ADMINISTRADORA; ou
- II. Índice econômico, o reajuste será efetuado a cada 12 (doze) meses, contados a partir da data de constituição do Grupo de Consórcio com a realização da primeira AGO, pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;
 - a. Se o índice estabelecido acima for extinto ou deixar de ser publicado e não for substituído oficialmente, a ADMINISTRADORA deverá convocar Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a escolha de um novo indicador para substituí-lo, ficando a ADMINISTRADORA isenta de quaisquer responsabilidades por eventuais perdas e danos enquanto não for deliberada a escolha do novo indicador econômico.

OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

15 – A ADMINISTRADORA deverá:

- I. Colocar à disposição dos CONSORCIADOS na AGO, cópia do seu último balancete patrimonial, remetido ao Banco Central, bem como da respectiva Demonstração dos Recursos de Consórcios do Grupo e, ainda, da Demonstração das Variações nas Disponibilidades do Grupo, relativas ao período compreendido entre a data da última

Assembleia e o dia anterior, ou do próprio dia da realização da Assembleia do mês. Esses documentos deverão ser autenticados mediante assinatura dos diretores e do responsável pela contabilidade e serão acompanhados das notas explicativas e do parecer de auditoria independente, quando for o caso;

- II. Lavrar atas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e termos de ocorrência;
III. Proceder à definitiva prestação de contas do GRUPO, quando do seu encerramento;
IV. Encaminhar ao CONSORCIADO ATIVO, juntamente com o documento de cobrança de prestação, a Demonstração dos Recursos do Consórcio do Grupo, bem como a Demonstração das Variações nas Disponibilidades de Grupos, ambos referentes ao próprio GRUPO, os quais servirão de base à elaboração dos documentos consolidados enviados ao Banco Central do Brasil;
V. Efetuar o controle diário da movimentação das contas componentes das disponibilidades dos GRUPOS DE CONSÓRCIO, inclusive os depósitos bancários;
VI. Adotar, de imediato, os procedimentos legais necessários à execução de garantias, se o CONSORCIADO CONTEMPLADO que tiver utilizado seu crédito atrasar 1 (uma) ou mais prestações, consecutivas ou não, e/ou acumular diferenças de prestações em montante equivalente.

16 - Ocorrendo a retomada do bem, judicial ou extrajudicial, a ADMINISTRADORA deverá vendê-lo e o produto da venda será destinado ao pagamento das prestações em atraso, das prestações vincendas, de despesas, custas e honorários decorrentes da realização da cobrança administrativa, judicial e extrajudicial, além dos demais pagamentos previstos neste Contrato, observando-se que:

- I. Se resultar saldo positivo, a importância respectiva será atribuída ao CONSORCIADO;
- II. Se insuficiente, o CONSORCIADO e seus garantidores permanecerão responsáveis pela liquidação da parte que remanescer após a execução da garantia.

REPRESENTAÇÃO

17 – O GRUPO DE CONSÓRCIO, por ser Sociedade Não Personificada, será representado pela ADMINISTRADORA, conforme o disposto no § 1º do artigo 3º da Lei 11.795/08 em caráter irrevogável e irretratável, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, na defesa dos direitos e interesses coletivamente considerados para o fiel cumprimento dos termos e das condições estabelecidos neste **CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO POR ADESÃO**.

18 – O CONSORCIADO outorga poderes à ADMINISTRADORA para representá-lo nas ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS, quando ausente, podendo assinar lista de presença, votar e deliberar sobre as matérias pertinentes e praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

19 – A representação do CONSORCIADO ausente na ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA deverá se dar por meio de procuração, a qual deverá conter poderes específicos, dentre eles, obrigatoriamente, informações referentes ao dia, à hora, ao local e assuntos a serem deliberados. Tal documento é necessário ainda que o representante do CONSORCIADO ausente seja a própria ADMINISTRADORA.

“CLÁUSULAS GERAIS
Contrato de Adesão”

FUNDO COMUM

20 – O CONSORCIADO ATIVO contribuirá, a título de FUNDO COMUM, com 100% (cem por cento) do valor atualizado do BEM OBJETO, através de amortizações, de acordo com as disposições previstas na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO e neste CONTRATO.

21 - O FUNDO COMUM será constituído pelos seguintes recursos:

- I. Importâncias destinadas especificamente à sua formação, recolhidas juntamente com a prestação mensal;
- II. Rendimentos de aplicação financeira de recursos do próprio FUNDO COMUM;
- III. 50% (cinquenta por cento) dos valores recebidos a título de juros e multas decorrentes de atraso no pagamento das prestações, conforme previsto na Cláusula 35 deste CONTRATO;
- IV. Da aplicação de Cláusula penal ao valor do crédito do CONSORCIADO EXCLUÍDO, nos termos da disposição contida na Cláusula 55.

22 - Os recursos do FUNDO COMUM serão utilizados para:

- I. Pagamento do CRÉDITO aos CONSORCIADOS CONTEMPLADOS;
- II. Pagamento de crédito em espécie nas hipóteses previstas neste CONTRATO;
- III. Pagamento de despesas na forma na Cláusula 98, inciso I, com parte do crédito não utilizado pelo CONSORCIADO CONTEMPLADO;
- IV. Devolução aos CONSORCIADOS EXCLUÍDOS de valores recolhidos a título de formação deste fundo, por ocasião da CONTEMPLOAÇÃO ou encerramento do GRUPO, conforme previsto neste CONTRATO;
- V. Devolução aos CONSORCIADOS ATIVOS, do saldo financeiro existente do encerramento do GRUPO, proporcional às prestações pagas.

FUNDO DE RESERVA

23 – O CONSORCIADO ATIVO contribuirá, a título de FUNDO DE RESERVA, com o percentual total estabelecido na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, calculado sobre o valor atualizado do BEM OBJETO, através de amortizações, de acordo com as disposições previstas na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO e neste CONTRATO.

24 - O FUNDO DE RESERVA será constituído pelos seguintes recursos:

- I. Importâncias destinadas especificamente à sua formação, recolhidas juntamente com a prestação mensal;
- II. Rendimentos da aplicação financeira dos recursos do próprio Fundo de Reserva.

25 - Os recursos do FUNDO DE RESERVA serão utilizados, para:

- I. Pagamento de prêmio de seguro para cobertura de inadimplência de prestações de consorciados contemplados se for o caso;
- II. Pagamento de despesas bancárias e demais impostos e tributos relativos à movimentação financeira do GRUPO;
- III. Pagamento de despesas e custos de adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais com vistas ao recebimento do CRÉDITO do GRUPO, nos termos deste CONTRATO;
- IV. Cobertura de eventual insuficiência de recursos do FUNDO COMUM, nas ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS;
- V. Contemplação, por sorteio, desde que não comprometida à utilização do Fundo de Reserva para as finalidades previstas nos itens I a IV.

26 – O fundo de reserva e fundo comum deverão ser contabilizados separadamente.

ADESÃO A GRUPO DE CONSÓRCIO EM ANDAMENTO

466776

MARINGÁ - PR

27 – O CONSORCIADO que for admitido em GRUPO em andamento, substituindo ao CONSORCIADO desistente ou excluído, ficará obrigado ao pagamento de todas as parcelas previstas no Contrato, observado o seguinte:

- I. As parcelas a vencer deverão ser recolhidas normalmente, na forma prevista para os demais CONSORCIADOS do GRUPO;
- II. O valor referente às parcelas vencidas anteriormente à adesão do novo CONSORCIADO, será diluído em sua cota, nas parcelas vincendas durante o prazo restante do plano.

PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES MENSAIS E DEMAIS ENCARGOS

28 – As obrigações e os direitos do CONSORCIADO que tiverem expressão pecuniária serão identificados em percentual do preço do bem referenciado no Contrato, nos termos do artigo 27, § 1º da Lei nº 11.795/2008.

29 – O CONSORCIADO ATIVO obriga-se ao pagamento de uma contribuição pecuniária, em periodicidade definida na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, que é composta pelos valores correspondentes ao FUNDO COMUM, FUNDO DE RESERVA, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURO DE VIDA – PRESTAMISTA, SEGURO DE QUEBRA DE GARANTIA, se for o caso, e demais encargos previstos neste CONTRATO.

- I. O valor destinado ao FUNDO COMUM corresponderá ao resultado da divisão do Preço do Bem referenciado, atualizado na forma da Cláusula 14, pelo total de prestações fixadas para a duração do grupo, podendo o percentual destinado ao FUNDO COMUM, que compõe o valor da parcela ser distribuído de maneira não linear, desde que previsto na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO;
- II. O valor destinado ao FUNDO DE RESERVA, será calculado por percentual fixo, determinado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, e dividido pelo total de prestações do plano de consórcio, a fração encontrada será aplicada sobre o valor do bem vigente na data da respectiva AGO. O percentual destinado ao FUNDO DE RESERVA que compõe o valor da parcela poderá distribuído de maneira não linear, desde que previsto na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO;
- III. O valor da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO será o percentual indicado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO sobre o valor do bem, na data da respectiva AGO, fracionado pelo período de duração do plano de consórcio e sobre valores que venham a ser transferidos do FUNDO DE RESERVA para o FUNDO COMUM. O percentual destinado à TAXA DE ADMINISTRAÇÃO que compõe o valor da parcela poderá ser distribuído de maneira não linear, desde que previsto na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO.

30 – O CONSORCIADO estará obrigado, ainda, aos seguintes pagamentos:

- I. Prêmio de seguro de vida em grupo, de seguro de quebra de garantia;
- II. Juros de 1% (um por cento) ao mês e multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o valor atualizado da prestação paga fora da data do respectivo vencimento;
- III. Despesas referentes ao registro de garantias prestadas, do aditamento ao contrato de alienação fiduciária, através da substituição de garantia e da cessão do CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO, de inclusão e exclusão do gravame de alienação fiduciária, de transferência de propriedade no órgão de trânsito e de inclusão e consulta cadastral aos órgãos de proteção ao crédito;
- IV. Despesas referentes à IPVA, multas, taxas, vencidas e não pagas e demais encargos incorridos na busca e apreensão do BEM objeto da alienação fiduciária em garantia, bem

REGISTRO DE TÍTULOS
DOCUMENTOS
466776
MARINGÁ - PR

- como outras despesas judiciais e extrajudiciais decorrentes de depósito, execução ou outra medida que se faça necessária, a fim de solver dívidas do CONSORCIADO, além dos honorários advocatícios despendidos, nos termos da sentença;
- V. Taxa de administração antecipada quando da adesão ao Grupo, se for o caso;
- VI. Despesas decorrentes da compra e entrega do bem, por solicitação do CONSORCIADO, em localidade diversa daquela em que a ADMINISTRADORA opere;
- VII. Despesas de cadastro, registro de gravame e entrega de 2ª vias de documento;
- VIII. Taxa de permanência sobre os recursos não procurados pelos CONSORCIADOS ou pelos participantes excluídos;
- IX. Diferença de prestações nas hipóteses previstas neste CONTRATO;
- X. Custas de Cobrança Amigável efetuada por escritório de cobrança de até 10% (dez por cento), calculados sobre o valor atualizado das prestações em atraso;
- XI. Honorários advocatícios de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da ação na cobrança judicial, bem como custas, despesas processuais e extrajudiciais, inclusive as de notificação;
- XII. Tarifa bancária se o pagamento da prestação por feito por essa via;
- XIII. Frete se for o caso;
- XIV. Valor correspondente à infração contratual pelo descumprimento da obrigação assumida, e por quebra contratual, nos termos deste CONTRATO;
- XV. Taxa de avaliação de bens novos ou usados, realizadas por empresas ou profissionais credenciados pela ADMINISTRADORA;
- XVI. Taxa de cessão do CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO, no montante de 1% (um por cento) calculado sobre o SALDO DEVEDOR, respeitado o valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- XVII. Taxa de aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia, relativa à substituição do BEM, no montante de 1% (um por cento) calculado sobre o valor do SALDO DEVEDOR, respeitado o valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

VENCIMENTO DAS PRESTAÇÕES

31 – A ADMINISTRADORA manterá o CONSORCIADO ATIVO informado a respeito das datas de vencimento das prestações do GRUPO e de realização das ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS, por meio de calendário regularmente distribuído ou instrumento assemelhado.

32 – O vencimento das prestações recairá até o 10º (décimo) dia útil que anteceder às datas de realização das respectivas ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS que, caso coincida com dia não útil, passará automaticamente para o 1º (primeiro) dia útil subsequente.

33 – O CONSORCIADO poderá efetuar o pagamento de suas prestações mensais mediante débito automático em conta de depósito ou por meio de boleto bancário.

- I. O CONSORCIADO que optar pela cobrança das prestações mensais mediante débito automático em conta de depósito deverá provisionar saldo disponível suficiente para quitação integral da prestação até a data do vencimento. Após o vencimento serão acrescidos ao valor da prestação os encargos previstos neste CONTRATO.
- II. Na hipótese do CONSORCIADO não provisionar saldo disponível suficiente em sua conta de depósito para pagamento do valor da prestação mensal na data do seu vencimento, o pagamento será considerado em atraso, impossibilitando o CONSORCIADO de participar da AGO. Após o vencimento da prestação, o pagamento deverá ser efetuado mediante boleto bancário, acrescido de todos os encargos previstos neste CONTRATO.
- III. Na hipótese do CONSORCIADO optar pelo pagamento das prestações por meio de boleto bancário, a ADMINISTRADORA promoverá seu envio para o endereço do CONSORCIADO.

34 – No caso de perda, extravio, atraso ou não recebimento do boleto bancário, o CONSORCIADO deverá providenciar a emissão da 2ª (segunda) via por meio da Internet, no endereço eletrônico www.consorciounicoob.com.br, no acesso exclusivo do Consorciado ou na ADMINISTRADORA, até a data do vencimento da prestação, respondendo pelos encargos previstos neste CONTRATO, na hipótese de atraso do pagamento.

PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO COM ATRASO



35 – A prestação mensal paga após a data de vencimento terá seu valor atualizado de acordo com o preço do Bem Objeto indicado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, vigente na data da Assembleia Geral Ordinária subsequente à data do pagamento e acrescida de multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

36 – Os valores recebidos relativos a juros e multas, serão destinados em igualdade ao Grupo e à ADMINISTRADORA.

37 – O CONSORCIADO ativo não contemplado que não efetuar o pagamento da prestação até a data de seu vencimento, ou encontrar-se com qualquer uma das prestações anteriores em aberto, ou se as mesmas forem quitadas após a data do seu respectivo vencimento, ou ainda tenha pago valor inferior a 80% (oitenta por cento) do valor integral da referida prestação, ficará impedido de concorrer a contemplação, quer seja por sorteio ou lance na respectiva ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

38 – Se o CONSORCIADO ATIVO contemplado que, já tenha utilizado o seu crédito, atrasar o pagamento de 1 (uma) ou mais prestações e/ou possuir diferenças de prestações no montante equivalente, ficará sujeito:

- I. Aos encargos previstos na Cláusula 35;
- II. À antecipação de todo o seu saldo devedor;
- III. Aos encargos estabelecidos nos incisos IV, X e XI da Cláusula 30 deste contrato;
- IV. A inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito (SPC, Serasa, etc.);
- V. Adoção imediata dos procedimentos legais necessários à execução das garantias.

39 – O atraso no pagamento da prestação mensal do CONSORCIADO contemplado ativo que já tenha utilizado o crédito, implicará a suspensão do envio dos boletos/demonstrativos mensais subsequentes, devendo o CONSORCIADO contemplado ativo regularizar as prestações em atraso diretamente no Escritório de Cobrança contratado pela ADMINISTRADORA. Após a regularização, os boletos/demonstrativos mensais voltarão a ser enviados normalmente.

DIFERENÇA DE PRESTAÇÃO PAGA E MANUTENÇÃO DO PODER AQUISITIVO DO CAIXA DO GRUPO

40 – O total correspondente às importâncias pagas pelo CONSORCIADO que, em face da alteração do preço do BEM OBJETO vigente à data da AGO, resulte em percentual maior ou menor ao estabelecido para pagamento da prestação mensal, denomina-se diferença de prestação.

41 – São consideradas diferenças de prestação, as importâncias recolhidas a menor ou a maior em relação ao preço do BEM OBJETO referenciado no CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO, vigente na data da realização da AGO e decorrente de alteração do preço do bem:

- I. Entre a data de vencimento da prestação mensal e a respectiva AGO de CONTEMPLAÇÃO;
- II. Após a emissão dos demonstrativos mensais das prestações ordinárias;

42 – A diferença de prestação pode também decorrer da variação do saldo do FUNDO COMUM do GRUPO DE CONSÓRCIO, que passar de uma para outra AGO, em relação à variação ocorrida no preço do BEM OBJETO, verificada nesse período.

- I. Ocorrendo aumento do preço do Bem, a eventual deficiência do saldo do FUNDO COMUM será coberta pelos recursos do Fundo de Reserva do Grupo de Consórcio ou, se inexistente ou insuficiente, por rateio entre os Consorciados do Grupo. Na ocorrência dessa situação, é devida a cobrança de parcela relativa à remuneração da ADMINISTRADORA sobre as transferências do Fundo de Reserva e sobre o rateio entre os participantes;
- II. Ocorrendo redução no preço do Bem, o excesso de saldo do Fundo Comum ficará acumulado para a AGO seguinte e será compensado na prestação subsequente, mediante rateio entre os Consorciados do Grupo, sendo o excesso de Taxa de Administração compensado proporcionalmente.
- III. O valor da prestação referente ao Fundo de Reserva, não será objeto de cobrança suplementar ou compensação, no caso de elevação ou redução no valor do preço do Bem;
- IV. As importâncias pagas pelo Consorciado na forma do disposto no inciso I desta Cláusula, serão escrituradas destacadamente em sua conta corrente.

43 – A diferença de prestação de que tratam as Cláusulas 41 e 42, convertida em percentual do preço do BEM OBJETO será cobrada ou compensada até o vencimento da 2ª parcela que se seguir à sua verificação.

ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO E DO SALDO DEVEDOR

44 – O CONSORCIADO ativo poderá antecipar o pagamento do saldo devedor, na sua ordem inversa, a contar da última prestação, no todo ou em parte, nas seguintes situações:

- I. Mediante lance vendedor;
- II. Com parte do crédito quando da compra de bem de valor inferior ao indicado neste CONTRATO;
- III. Ao solicitar a conversão do crédito em espécie após 180 (cento e oitenta) dias da contemplação, conforme o disposto na Cláusula 95 do presente CONTRATO.
- IV. Por antecipação das prestações vincendas, seja CONSORCIADO contemplado ou não;

45 – Na modalidade do inciso I da Cláusula 44 o CONSORCIADO CONTEMPLADO poderá fazer opção da quitação na ordem direta, reduzindo seu percentual de contribuição mensal, depois de amortizado o valor do seu lance do saldo devedor, **no caso em que o Grupo de Consórcio tiver essa modalidade.**

46 – O saldo devedor compreende o valor não pago das prestações, complementos, diferenças de atualização de carta de crédito, objeto do plano e outras obrigações mencionadas neste CONTRATO.

47 – No caso de quitação do saldo devedor pela seguradora, quando da utilização do seguro de vida do CONSORCIADO não contemplado, a indenização será automaticamente ofertada como lance para a próxima AGO. Na hipótese da cota não ter sido contemplada por meio do lance ofertado, a indenização será creditada como antecipação de parcelas, quitando-se o saldo devedor da cota, o que não dará direito de exigir a contemplação, devendo aguardá-la por SORTEIO, de acordo com as regras estipuladas neste CONTRATO.

48 – A antecipação de pagamento de prestações do CONSORCIADO ATIVO NÃO CONTEMPLADO não lhe dará o direito de exigir CONTEMPLAÇÃO, ficando ele responsável pelas diferenças de prestações na forma estabelecida nas Cláusulas 41 e 42, bem como pelas

“CLÁUSULAS GERAIS”
Contrato de Adesão

demais obrigações previstas neste CONTRATO.

466776

MARINGÁ - PR

49 – A quitação total do saldo devedor pelo CONSORCIADO CONTEMPLADO ATIVO, cujo crédito tenha sido utilizado, será efetivada na data da realização da AGO que se seguir ao respectivo pagamento, isso para se apurar eventual saldo devedor residual em razão do aumento do preço do BEM OBJETO ou, ainda, eventual crédito a ser restituído na hipótese de redução do preço do BEM OBJETO, o que depois de feito, ensejará a liberação das garantias ofertadas.

50 – A quitação de prestações e/ou liquidação antecipada do saldo devedor da cota não ensejará desconto de valores cobrados a título de SEGUROS, FUNDO DE RESERVA E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.

EXCLUSÃO DO CONSORCIADO ATIVO

“CLÁUSULAS GERAIS
Contrato de Adesão”

51 – O CONSORCIADO ATIVO NÃO CONTEMPLADO que, mediante declaração por escrito, desistir de participar do GRUPO DE CONSÓRCIO, será dele excluído para todos os efeitos.

52 – O CONSORCIADO ATIVO não contemplado poderá ser excluído do GRUPO, por:

- I. Deixar de cumprir suas obrigações financeiras correspondentes a 2 (duas) prestações, consecutivas ou não, ou por acumular diferenças de prestações em montante equivalente. A exclusão será feita de forma automática.
- II. Prestação de informações falsas e/ou falsificação de documentos objetivando fraudar os requisitos para especificação ou execução do CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO ou ainda, para obtenção de condições diferentes das que tem direito;
- III. Insolvência, falência, condenação por peculato ou crime contra patrimônio.

53 – O CONSORCIADO EXCLUÍDO poderá ser readmitido no GRUPO, desde que haja vaga disponível e mediante pagamento das prestações e diferenças de prestações vencidas pendentes, ou a critério da ADMINISTRADORA, por meio de rateio proporcional nas prestações vincendas e atualizadas na forma deste CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO, no prazo remanescente para o término do GRUPO.

- I. No momento da readmissão, a ADMINISTRADORA solicitará documentação para avaliação da capacidade de pagamento e fará análise prévia do cadastro do CONSORCIADO;
- II. Na análise das informações, a ADMINISTRADORA é soberana para decidir sobre a readmissão ou eventual recusa, valendo-se para esse fim, de critérios objetivos e subjetivos, ficando desobrigada de divulgar os motivos da sua decisão.

54 – No caso de exclusões de CONSORCIADOS, o GRUPO continuará funcionando no mesmo prazo estabelecido na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO e com qualquer número de CONSORCIADOS ATIVOS, sem prejuízo da possibilidade de convocação de AGE para deliberar sobre seu encerramento.

55 – Caso o CONSORCIADO ATIVO incorra nas hipóteses previstas nas Cláusulas 51 e 52, sendo considerado EXCLUÍDO, caracterizará infração contratual pelo descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se assim, a título de Cláusula Penal, a pagar ao GRUPO DE CONSÓRCIO a importância equivalente a 10% (dez por cento) do valor a que tiver direito, apurada de acordo com a Cláusula 57, em conformidade com o disposto no artigo 53, parágrafo 2º, do Código de Defesa do Consumidor.

56 – Sem prejuízo do disposto na Cláusula 55 ficará, ainda, o CONSORCIADO EXCLUÍDO sujeito ao pagamento, em favor da ADMINISTRADORA, do valor correspondente de até 10% (dez por cento) do que tiver direito a receber. Tal valor refere-se à penalidade por quebra contratual e resarcimento de despesas na distribuição da COTA referente à sua participação.

57 – Ao CONSORCIADO EXCLUÍDO, ou aos seus sucessores, serão devolvidas as quantias pagas ao FUNDO COMUM, mediante CONTEMPLAÇÃO por SORTEIO ou no prazo de 60 (sessenta) dias da distribuição do último crédito do grupo, respeitadas as disponibilidades de caixa, e apuradas da seguinte forma:

- I. Será aplicado o percentual amortizado sobre o PREÇO DO BEM OBJETO, referente ao FUNDO COMUM vigente na data da AGO de CONTEMPLAÇÃO ou na data da AGO em que ocorrer a última assembleia do GRUPO, acrescido dos rendimentos líquidos de sua aplicação financeira, obtidos entre a data em que foi colocado à disposição e ao dia anterior ao da devolução;
- II. Do valor apurado conforme inciso anterior serão descontadas ainda, em favor do GRUPO DE CONSÓRCIO, as importâncias que resultarem da aplicação da cláusula penal estabelecida na Cláusula 55 e, em favor da ADMINISTRADORA, aquelas a título de penalidade por quebra contratual e resarcimento de despesas na distribuição da COTA, previstas na Cláusula 56.

58 – Não serão devolvidos os valores que não foram destinados à formação do FUNDO COMUM, quais sejam: os valores pagos referentes ao fundo de reserva, taxa de administração, multas e juros, prêmios de seguros e demais previstos na Cláusula 30 deste instrumento.

ALTERAÇÃO DO CRÉDITO POR OPÇÃO DO CONSORCIADO NÃO CONTEMPLADO

59 – O CONSORCIADO ATIVO NÃO CONTEMPLADO poderá solicitar, em no máximo 2 (duas) oportunidades durante o prazo do grupo, alterar o valor do crédito do BEM OBJETO referenciado em CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO, para outro de menor ou de maior valor, observadas cumulativamente, as seguintes condições:

- I. Expressa anuênciam da ADMINISTRADORA;
- II. O intervalo entre as trocas seja de no mínimo 06 (seis) meses;
- III. Pertencer à mesma classe do BEM OBJETO originalmente contratado e desde que integrante do mesmo GRUPO DE CONSÓRCIO, de acordo com as faixas de créditos estabelecidas no GRUPO;
- IV. A diferença de valor do novo BEM OBJETO é limitada ao menor e ao maior valor dos bens objeto já estabelecidos para o GRUPO DE CONSÓRCIO;
- V. O novo BEM OBJETO deve ter valor não inferior ao valor atualizado das contribuições pagas ao FUNDO COMUM do GRUPO, na data da AGO anterior ao pedido da mudança.

60 – A alteração do BEM OBJETO implicará no recálculo do percentual amortizado pelo CONSORCIADO ATIVO, com base no valor do novo BEM OBJETO, vigente na data da AGO anterior ao pedido de alteração, observado que:

- I. Não havendo saldo devedor, o CONSORCIADO ATIVO terá direito a contemplação somente por SORTEIO, ficando sujeito, até a utilização do CRÉDITO, ao pagamento de diferenças de prestação, previstas na Cláusula 41;
- II. Caso o preço do novo BEM OBJETO seja de valor inferior, resultando na redução do percentual devido, o CONSORCIADO ficará limitado, para efeito de oferta de lance máximo, a este percentual, de forma regressiva, a medida do pagamento das PRESTAÇÕES.

REGISTRO DE TÍTULOS
e DOCUMENTOS

466776

14001474

CLÁUSULAS ESTÁNDAR
Contrato de Adesão

CONTEMPLAÇÃO

61 – A CONTEMPLAÇÃO é a atribuição ao CONSORCIADO ATIVO do direito de utilizar o crédito para aquisição de bens móveis, realizada por meio de SORTEIO ou LANCE. É ainda a atribuição ao CONSORCIADO EXCLUÍDO do direito à devolução do valor equivalente às prestações pagas com as respectivas deduções, sendo realizada, exclusivamente por meio de SORTEIO, com base nas datas das ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS.

62 – O CONSORCIADO ATIVO será contemplado com um crédito equivalente ao valor do BEM OBJETO referenciado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, vigente na data da respectiva AGO. O CONSORCIADO EXCLUÍDO será contemplado com um crédito parcial, de valor equivalente ao percentual amortizado do BEM OBJETO, referenciado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, na data da AGO de CONTEMPLAÇÃO, com os acréscimos e deduções previstos expressamente neste CONTRATO.

63 – Após a contemplação, o crédito correspondente à CARTA DE CRÉDITO estará sujeito apenas à atualização dos rendimentos financeiros de sua aplicação, enquanto não utilizado. As parcelas por sua vez, serão reajustadas de acordo com o valor do BEM OBJETO, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do GRUPO DE CONSORCIO.

64 – A CONTEMPLAÇÃO está condicionada à existência de recursos suficientes no FUNDO COMUM, facultada a sua complementação com recursos do FUNDO DE RESERVA, conforme Cláusula 25, inciso IV, para distribuição por SORTEIO de, no mínimo, um crédito integral para aquisição de bens móveis e, no caso de CONSORCIADO EXCLUÍDO, um crédito parcial correspondente às prestações pagas a serem devolvidas, descontadas todas as despesas inerentes já estabelecidas neste CONTRATO.

65 – Após a realização de SORTEIO, ou não tendo ocorrido por insuficiência de recursos, serão admitidas ofertas de lance para viabilizar a contemplação do CONSORCIADO ATIVO.

66 – Na hipótese de restarem recursos suficientes no FUNDO COMUM para novas contemplações e não havendo outros lances, serão realizadas contemplações por SORTEIO para CONSORCIADO ATIVO e para CONSORCIADO EXCLUÍDO.

67 – A ADMINISTRADORA ficará responsável pelos prejuízos causados ao CONSORCIADO CONTEMPLADO e ao GRUPO, se proceder a CONTEMPLAÇÃO sem a existência de recursos suficientes.

68 – A ADMINISTRADORA comunicará o CONSORCIADO ATIVO e/ou EXCLUÍDO da ocorrência de sua CONTEMPLAÇÃO, o que será feito até o 5º dia útil subsequente a AGO, por meio de carta com Aviso de Recebimento (AR), telegrama, correspondência eletrônica, telefone ou e-mail.

CONTEMPLAÇÃO POR SORTEIO

69 – Todos os CONSORCIADOS ATIVOS não contemplados que estejam com seus pagamentos rigorosamente em dia até a data de seus vencimentos, bem como todos os CONSORCIADOS EXCLUÍDOS, nos termos das Cláusulas 61, 62 e 64 concorrerão aos SORTEIOS, devendo ser observado o seguinte:

- I. Concorrerão à CONTEMPLAÇÃO por SORTEIO todos os CONSORCIADOS EXCLUÍDOS, que tiverem a sua cota excluída até a data de vencimento da respectiva AGO de

466776

MARINGA PR

- CONTEMPLAÇÃO:**
- II. Os CONSORCIADOS EXCLUÍDOS concorrerão aos SORTEIOS, com a mesma numeração da cota originalmente contratada. Na hipótese de haver mais de um CONSORCIADO EXCLUÍDO na mesma numeração de COTA, deverá ser observado o estabelecido na Cláusula 71, inciso II, alínea "a";
 - III. O CONSORCIADO ATIVO poderá solicitar a exclusão temporária de sua COTA dos respectivos SORTEIOS, pelos meios previstos na Cláusula 74, inciso II, alínea "a", desde que hajam outros CONSORCIADOS no GRUPO para concorrerem às CONTEMPLAÇÕES.

70 – Nas contemplações por SORTEIO, será utilizado o resultado da última extração da Loteria Federal anterior à realização da respectiva AGO. Para cálculo da CONTEMPLAÇÃO, utiliza-se o primeiro prêmio, de acordo com os critérios abaixo:

- I. Divide-se o número do primeiro prêmio da Loteria Federal pelo número máximo de CONSORCIADOS ATIVOS definido para o GRUPO;
- II. A fração do número resultante desta operação será multiplicada pelo número máximo de CONSORCIADOS ATIVOS definido para o GRUPO;
- III. O resultado desta operação indica o número da cota sorteada, conforme exemplo abaixo:

Plano (meses)	Resultado Loteria Federal (a)	Nº Máximo de Participantes (b)	Resultado (c=a/b)	Fração (d)	Cota Sorteada (e=dxb)
48	26.633	192	138,7135	0,7135	137
60	26.633	400	66,5825	0,5825	233
75	26.633	450	59,1844	0,1844	83

- IV. Caso o resultado apresente casas decimais será utilizado o seguinte critério:
 - a. Se a primeira casa decimal após a vírgula for inferior a 5 (cinco), será considerado o número inteiro inferior;
 - b. Se a primeira casa decimal após a vírgula for igual ou maior a 5 (cinco), o número da COTA sorteada será o número inteiro superior;
- V. Se o resultado for ZERO, a COTA sorteada será a última COTA do GRUPO, ou seja, a COTA correspondente ao número máximo de CONSORCIADOS ATIVOS definido para o GRUPO.
- VI. Caso não ocorra a extração da Loteria Federal por qualquer motivo, será utilizado o resultado da Loteria Federal imediatamente anterior.

71 – Para fins de determinação do contemplado, observar-se à:

- I. **CONSORCIADOS ATIVOS:** Se a centena ou dezena sorteada corresponder à COTA vaga, COTA já contemplada, COTA que não esteja em dia com suas obrigações ou COTA que estiver em situação de exclusão do SORTEIO, esta será desclassificada, sendo contemplada a COTA imediatamente acima; se ainda não definida, a imediatamente abaixo, e assim sucessivamente, até que se obtenha um CONSORCIADO ATIVO com direito à CONTEMPLAÇÃO;
- II. **CONSORCIADOS EXCLUÍDOS:** Se a centena ou dezena sorteada corresponder à COTA que não possua nenhum CONSORCIADO EXCLUÍDO, esta será desclassificada, sendo contemplada a COTA EXCLUÍDA imediatamente acima; se ainda não existente, a imediatamente abaixo, e assim sucessivamente, até que se obtenha um CONSORCIADO EXCLUÍDO para CONTEMPLAÇÃO, observado ainda que:
 - a. Na hipótese de a centena ou dezena sorteada corresponder à COTA que possua mais de um CONSORCIADO EXCLUÍDO, será contemplada a COTA com data de exclusão mais antiga.

72 – Quando o número sorteado for correspondente à COTA de maior número no GRUPO, será considerado como número imediatamente superior, a cota nº 001 (zero zero um), e quando o número sorteado corresponder à cota de nº 001 (zero zero um) considerar-se-á como COTA imediatamente inferior, a COTA de maior número no GRUPO.

73 – Na hipótese de distribuição de mais de uma CONTEMPLAÇÃO por SORTEIO, será contemplada a COTA de número imediatamente acima da COTA sorteada, ou caso esta não tenha condições de ser contemplada, a imediatamente abaixo, e assim sucessivamente, até que se obtenha um CONSORCIADO com direito a CONTEMPLAÇÃO.

CONTEMPLAÇÃO POR LANCE

74 – Para a oferta de lance serão observados os seguintes critérios:

- I. Os lances deverão ser oferecidos em percentuais do valor vigente do BEM OBJETO, na data da AGO respectiva, acrescido das respectivas TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO, FUNDO DE RESERVA E SEGUROS, se for o caso;
- II. Todos os CONSORCIADOS ATIVOS, com seus pagamentos rigorosamente em dia até a data de seus vencimentos, poderão ofertar seus lances, até as 18:00 (dezoito horas) do dia útil anterior à realização da AGO, através dos seguintes canais de comunicação:
 - a. Correspondência, e-mail, telefone, internet (através do Canal do Consorciado) e na sede da ADMINISTRADORA até o encerramento do horário de atendimento ao público.

75 – A contemplação por lance poderá se dar através de LANCE LIVRE, observados os seguintes critérios:

- I. O lance será ofertado em percentuais do valor do BEM OBJETO acrescido das taxas contratuais, caso o grupo tenha essa modalidade. O percentual de LANCE LIVRE, não poderá ser superior ao percentual vincendo;
- II. Será considerado vencedor o LANCE LIVRE representativo do maior percentual do valor do BEM OBJETO, independentemente do seu valor em dinheiro, e desde que o seu valor, deduzidas as taxas contratuais e somado ao SALDO DE CAIXA seja suficiente para a CONTEMPLAÇÃO do CONSORCIADO ATIVO, com a disponibilização do CRÉDITO respectivo;
- III. Caso o valor do maior LANCE oferecido, deduzidas as taxas contratuais e somado ao SALDO DE CAIXA, não seja suficiente para a CONTEMPLAÇÃO do CONSORCIADO ATIVO, não haverá distribuição por LANCE, passando o SALDO DE CAIXA para a AGO seguinte.

76 – Para efeito de oferecimento de LANCE, não serão considerados, no cômputo do saldo devedor, os percentuais relativos às prestações vencidas anteriormente ao ingresso do CONSORCIADO, mesmo que já tenham sido pagas pelo EXCLUÍDO, bem como também não serão levados em consideração os percentuais das prestações eventualmente renegociadas no decorrer do prazo do GRUPO.

77 – Na hipótese de ocorrência de empate entre os LANCES ofertados, e não havendo recursos suficientes no SALDO DE CAIXA que possibilite a CONTEMPLAÇÃO de mais 1 (um) CONSORCIADO ATIVO por LANCE, será considerado vencedor o LANCE correspondente a COTA de número mais próximo do número da COTA contemplada por SORTEIO, mesmo que esta não tenha sido confirmada em virtude da insuficiência de saldo de caixa na respectiva AGO. Persistindo o empate, será contemplado o mais próximo em ordem crescente.



78 – Os lances vencedores deverão ser pagos até o 2º (segundo) dia útil após a data da ASSEMBLEIA DE CONTEMPLAÇÃO. Esgotado esse prazo, ficará sujeito ao cancelamento do lance independentemente de qualquer aviso ou notificação, hipótese na qual será informado ao 1º (primeiro) suplente, para que, no mesmo prazo, faça a integralização de sua respectiva oferta, desde que essa, somada ao saldo de caixa, seja suficiente para a disponibilização do CRÉDITO respectivo.

79 – A CONTEMPLAÇÃO por LANCE somente se efetivará com o pagamento integral do LANCE vencedor ofertado e dentro do prazo previsto na Cláusula 78.

80 – Os LANCES vencedores serão considerados pagamentos antecipados de prestações vincendas, e poderão ser utilizados para:

- I. Quitar as prestações vincendas, na ordem inversa a contar da última;
- II. A critério do CONSORCIADO ATIVO, diluir proporcionalmente o percentual amortizado destinado ao FUNDO COMUM e FUNDO DE RESERVA, se houver, nas prestações vincendas, observado o disposto na Cláusula 45.

REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS

466776

MARINGA - PR

81 – O CONSORCIADO ATIVO poderá utilizar-se de percentual do crédito de CONTEMPLAÇÃO estipulado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, para pagamento de seu LANCE, o que será considerado LANCE EMBUTIDO.

82 – Na hipótese de que trata a Cláusula anterior, mediante utilização de parte do valor do crédito na oferta de recursos para fins de CONTEMPLAÇÃO por LANCE, o valor do LANCE EMBUTIDO, se vencedor, será integralmente deduzido do CRÉDITO, sendo disponibilizado ao CONSORCIADO ATIVO o recurso correspondente ao valor da diferença daí resultante.

83 – Haverá a modalidade de LANCE FIXO desde que previsto na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO. Neste caso, observar-se-á os seguintes critérios:

- I. O CONSORCIADO ATIVO que opte pela participação nesta modalidade deverá ofertar o valor correspondente ao percentual estipulado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, sobre o valor do BEM OBJETO, vigente na data da AGO respectiva, acrescido das taxas contratuais;
- II. Na hipótese de impossibilidade de ofertar o valor correspondente ao percentual estipulado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, respeitadas as condições previstas neste CONTRATO, considerar-se-á, para efeito de LANCE FIXO, o percentual máximo de lance do respectivo grupo;
- III. Na hipótese de ser ofertado mais de um LANCE FIXO e, consequentemente, ocorrer empate entre os lances ofertados, o desempate obedecerá a Cláusula 77;
- IV. Caso o valor do LANCE FIXO ofertado, somado ao SALDO DE CAIXA, seja insuficiente para a CONTEMPLAÇÃO do CONSORCIADO ATIVO, não haverá distribuição por LANCE FIXO, passando o saldo de caixa para a CONTEMPLAÇÃO na sessão de LANCE LIVRE.

84 – O percentual vincendo já pago antecipadamente, bem como as prestações vencidas anteriormente ao ingresso do CONSORCIADO e as eventualmente renegociadas no decorrer do prazo do GRUPO, não poderão ser utilizadas para oferta de LANCE.

CANCELAMENTO DA CONTEMPLAÇÃO

84 – O CONSORCIADO ATIVO contemplado que não tiver utilizado o crédito, ao deixar de pagar uma prestação, poderá ter o cancelamento de sua contemplação submetido à AGO que se realizar imediatamente após a verificação do inadimplemento e a critério da ADMINISTRADORA, devendo o contemplado inadimplente ser comunicado com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, qual será a data da AGO em que o cancelamento de sua contemplação será apreciado.

85 – Aprovado o cancelamento pela AGO, o CONSORCIADO retornará à condição de CONSORCIADO ATIVO inadimplente e não contemplado, e o crédito retornará ao Fundo Comum do Grupo de Consórcio.

86 – Se o valor do crédito que, em decorrência do cancelamento da contemplação, retornar ao Fundo Comum, acrescido dos rendimentos da aplicação financeira, for inferior ao do crédito vigente na data da AGO, esta diferença será complementada pelos rendimentos da aplicação financeira dos recursos do Fundo Comum, pelos recursos do Fundo de Reserva, se houver, e por rateio entre os Consorciados, nessa ordem.

87 – O valor do complemento do crédito na forma indicada na Cláusula 86, convertida em percentual do valor do Bem Objeto referenciado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, será de responsabilidade do CONSORCIADO cuja contemplação foi cancelada e deverá ser pago juntamente com a prestação subsequente sendo destinado a quitar o valor de atualização do crédito proporcionado pelo Fundo Comum, Fundo de Reserva, se for o caso, ou será compensada até a segunda prestação dos consorciados participantes do rateio.

CRÉDITO, CRITÉRIOS DE UTILIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BEM MÓVEL

88 – A ADMINISTRADORA colocará à disposição do CONSORCIADO CONTEMPLADO o respectivo crédito, até o 3º dia útil após a data da AGO de sua CONTEMPRAÇÃO.

89 – O valor do crédito, enquanto não utilizado pelo CONSORCIADO CONTEMPLADO, deverá permanecer depositado em conta vinculada e será aplicado financeiramente na forma prevista na Circular BACEN nº 3.432/2009.

90 – O CRÉDITO será o equivalente ao VALOR DO BEM OBJETO, referenciado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, vigente na data da AGO de CONTEMPRAÇÃO, acrescido dos rendimentos financeiros líquidos contados a partir do dia útil imediatamente seguinte à disponibilização do CRÉDITO, até o dia útil imediatamente anterior ao da sua efetiva utilização.

91 – Para CONSORCIADOS EXCLUÍDOS contemplados, a ADMINISTRADORA colocará à disposição, no mesmo prazo estabelecido na Cláusula 88, o valor equivalente ao percentual amortizado das prestações pagas referente ao BEM OBJETO indicado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, observados os acréscimos e deduções previstos neste CONTRATO, o que será considerado CRÉDITO PARCIAL.

92 – O valor disponibilizado ao CONSORCIADO EXCLUÍDO contemplado, a título de devolução dos valores pagos, será depositado na conta bancária de sua titularidade, informada por ocasião da sua adesão ao presente CONTRATO.

93 – Para utilizar o crédito de sua CONTEMPRAÇÃO, o CONSORCIADO CONTEMPLADO deverá estar em dia com as obrigações junto ao GRUPO DE CONSÓRCIO e junto à sua Cooperativa de Crédito, se associado. Deve, também, apresentar condições para a tomada do mesmo, conforme prevê a Política de Crédito da ADMINISTRADORA, dentre elas e especialmente capacidade financeira e a não ocorrência de critérios impeditivos, não podendo, inclusive, apresentar desabonos de crédito nos órgãos de proteção ao crédito (ex. Serasa e SPC).

94 – O CONSORCIADO CONTEMPLADO poderá solicitar a conversão do CRÉDITO em espécie, depois de decorridos 180 (cento e oitenta) dias da sua CONTEMPRAÇÃO. Poderá, também, solicitar

REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS

466776

a referida conversão no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da última AGO de contemplação do GRUPO, desde que não tenha utilizado seu crédito já colocado à disposição. Para ambas as situações, a condição é a quitação do SALDO DEVEDOR e/ou obrigações pendentes de pagamento existentes na data do seu efetivo recebimento.

REGISTRO DE TÍTULOS
e DOCUMENTOS

466776

95 – Caso o CONSORCIADO CONTEMPLADO tenha pago com recursos próprios algum valor para a aquisição do BEM MÓVEL, é facultado a ele recebê-lo de volta da ADMINISTRADORA, desde que comprove efetivamente os referidos pagamentos, e que o vendedor do BEM ateste o recebimento dos valores e autorize o reembolso ao CONSORCIADO através de documento formal. O referido BEM deverá estar enquadrado nas regras exigidas neste CONTRATO. Tal faculdade somente poderá ser exercida pelo CONSORCIADO CONTEMPLADO, se a aquisição tiver sido efetuada com a AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE BEM MÓVEL da ADMINISTRADORA.

96 – Se o BEM MÓVEL adquirido pelo CONSORCIADO CONTEMPLADO for de valor superior ao CRÉDITO, este arcará com recursos próprios com a diferença de valor.

97 – Caso o CONSORCIADO CONTEMPLADO utilize valor inferior ao do respectivo CRÉDITO para a aquisição de bem móvel, ou quitação de financiamento à diferença deve ser utilizada, a critério do CONSORCIADO, para:

- I. Pagamento das obrigações financeiras, vinculadas ao BEM, relativamente às despesas com transferência de propriedade, tributos, registros cartoriais, instituições de registro e seguros, limitado a 10% (dez por cento) do valor do CRÉDITO objeto da CONTEMPLOAÇÃO, desde que satisfeitas as garantias, previstas neste CONTRATO;
- II. Quitação das prestações vincendas, na ordem inversa à conta da última;
- III. Devolução da sobra de CRÉDITO em espécie ao CONSORCIADO CONTEMPLADO quando suas obrigações financeiras, para com o GRUPO, estiverem integralmente quitadas;

98 – A utilização do CRÉDITO, quando for o caso, ficará condicionada à apresentação das garantias estabelecidas neste CONTRATO, bem como ao atendimento dos critérios estabelecidos na Cláusula 8 e seguintes do presente CONTRATO.

99 – O CONSORCIADO CONTEMPLADO poderá utilizar o seu CRÉDITO para:

- I. Adquirir de vendedor que melhor lhe convier:
 - a. Veículo automotor, aeronave, embarcação, máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, novos ou usados, de fabricação nacional ou estrangeira, **se a PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO estiver referenciada em quaisquer bens mencionados neste item**;
 - b. Qualquer bem móvel ou conjunto de bens móveis novos, excetuados os referidos no inciso anterior, se a PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO estiver referenciada em bem móvel ou conjunto de bens móveis mencionados neste item;
 - c. Quitação total de financiamento, de sua titularidade, de bens possíveis de serem adquiridos por meio do CRÉDITO disponibilizado, sendo considerado "financiamento" toda operação financeira cujo valor tenha sido concedido por instituição financeira com o fim específico de aquisição de bens móveis, respeitados ainda os critérios contidos neste CONTRATO;

100 – Na aquisição de bem novo ou usado deverá o CONSORCIADO ATIVO contratar seguro contra colisão, furto, roubo e terceiros, com vigência até a quitação total do seu saldo devedor, podendo, a critério da ADMINISTRADORA, ser dispensada tal contratação.

101 – Na compra de bem usado, o mesmo deverá ser adquirido:

- I. Com no máximo 3 (três) anos de fabricação, incluindo o corrente, quando se tratar de motocicletas, ciclomotores e motonetas, respeitadas ainda as condições expressas abaixo:

Motocicletas, Ciclomotores e Motonetas	Valor Mínimo do Veículo	466776
Até 3 (três) anos de fabricação (incluindo o ano corrente)	O veículo deve ter um valor de mercado 15% (quinze por cento) superior ao valor do saldo devedor	MARINGÁ - PR

- II. Com no máximo 8 (oito) anos de fabricação, incluindo o corrente, quando se tratar de automóveis, utilitários leves, caminhões, micro-ônibus, respeitadas ainda as condições expressas abaixo:

Automóveis e Utilitários	Valor Mínimo do Veículo
De 0 (zero) até 5 (cinco) anos	O veículo deve ter um valor de mercado 10% (dez por cento) superior ao saldo devedor
De 6 (seis) anos até 7 (sete) anos de fabricação (incluindo o ano corrente)	O veículo deve ter um valor de mercado 30% (trinta por cento) superior ao valor do saldo devedor
Acima de 7 (sete) anos	O veículo deve ter um valor de mercado 50% (cinquenta por cento) superior ao valor do saldo devedor

III. Com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação, incluindo o corrente, quando se tratar de caminhões, utilitários pesados, a critério da **ADMINISTRADORA**;

IV. Para cumprimento destas condições prevalecerá o ano de modelo quando este for diferente do ano de fabricação;

V. O CONSORCIADO **não poderá adquirir bens novos ou usados provenientes de leilão ou com chassi remarcado, recuperado de sinistro, com adulteração de motor ou chassi, bem como veículos automotores de competição, trilha, e/ou que seja blindado superior a 05 (cinco) anos de uso, bem como veículos com impedimento para inserir alienação fiduciária.** Veículos considerados especiais, ou seja: ambulância, carro de bombeiro, viaturas, veículos para órgãos públicos e associações benficiais;

VI. Quando da utilização do crédito pelo CONSORCIADO para aquisição de **veículos para fins de transporte de passageiros (táxi, moto-táxi ou lotação)**, o mesmo deverá ter sua documentação rigorosamente dentro das exigências legais e por tratar-se de bens com alto nível de desgaste e grande desvalorização, além das exigências constantes do ANEXO I no fim deste CONTRATO, será solicitado inclusão de fiador ou o bem deve ter no mínimo 30% (trinta por cento) de valor de mercado acima do saldo devedor total da cota na data da liberação do crédito, respeitado ainda o item I e II desta Cláusula;

VII. No caso de aquisição de máquinas ou implementos agrícolas, caminhão, a ADMINISTRADORA, poderá condicionar a liberação da carta de crédito à apresentação de garantia superior a 30% (trinta por cento) de valor de mercado acima do saldo devedor total ou inclusão de fiador respeitado ainda o item I e II desta Cláusula;

VIII. É facultado a ADMINISTRADORA o direito de solicitar garantias adicionais, tendo em vista a natureza de utilização dos bens citados e as características especificadas;

IX. **Por um preço dentro da média do valor praticado pelo mercado** na comercialização de BEM, verificado através de tabelas de cotação de preço médio de mercado, expedidas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE ou similar, para automóveis, caminhões, utilitários, motocicletas, motonetas e ciclomotores;

102 – A ADMINISTRADORA somente autorizará à aquisição do Bem ou quitação do financiamento,

ANEXO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS

466776

MARINGÁ - PR

CLÁUSULAS GERAIS
Contrato de Adesão

através de AUTORIZAÇÃO DE FATURAMENTO ou da AUTORIZAÇÃO PARA QUITAÇÃO TOTAL DE FINANCIAMENTO, mediante o cumprimento por parte do CONSORCIADO CONTEMPLADO das seguintes condições:

- I. Na compra de Bem novo, o mesmo deverá ser adquirido, mediante nota fiscal da concessionária autorizada da marca ou do próprio fabricante, constando à observação de Alienação Fiduciária em garantia em favor da ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA;
- II. Na compra de Bem usado com registro perante órgão competente de trânsito, o mesmo deverá ser adquirido mediante nota fiscal da concessionária autorizada da marca ou do próprio fabricante, constando à observação de Alienação Fiduciária em garantia em favor da ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA, ou mediante cópia autenticada do Certificado de Registro de veículo – CRV ou documento equivalente expedido por autoridade competente devidamente preenchido e assinado, com firma reconhecida por autenticidade pelo comprador e pelo proprietário/vendedor, constando a observação de Alienação Fiduciária em garantia em favor da ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA;
- III. Na compra de Bem usado sem registro perante órgão competente de trânsito ou similar, o mesmo deverá ser adquirido:
 - a. Mediante nota fiscal e contrato de compra e venda com assinaturas reconhecidas por autenticidade, ambos constando à observação de Alienação Fiduciária em Garantia em favor de ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA, quando o Bem for de pessoa jurídica, cujo objeto social seja a venda, intermediação e comercialização de bens dessa natureza, dispensada a apresentação do contrato de compra e venda a critério da Administradora;
 - b. Mediante contrato de compra e venda com assinaturas reconhecidas por autenticidade e constando a observação de Alienação Fiduciária em Garantia em favor de ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA e nota fiscal de origem, que comprove a propriedade do vendedor, quando o Bem for de pessoa física, dispensada à apresentação da nota fiscal a critério da Administradora.
- IV. Na compra de BEM novo ou usado sem registro perante órgão competente de trânsito ou similar, o CONSORCIADO ATIVO deverá realizar, no Cartório de Título e Documentos, o registro do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia, estando sob sua responsabilidade os pagamentos das despesas relativas ao referido registro;
- V. O registro da alienação fiduciária deverá ser comprovado com a apresentação de cópia autenticada do Certificado de Registro de Veículo a que se refere o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, ou documento equivalente emitido pelo órgão de registro competente;
- VI. Quando tratar-se de BEM novo ou usado sem registro perante órgão competente de trânsito ou similar, o CONSORCIADO ATIVO deverá comprovar o registro da Alienação Fiduciária em Garantia através do registro no Cartório de Títulos e Documentos do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia.

103 – A critério da ADMINISTRADORA, o BEM não poderá ser adquirido de:

- I. Empresa da qual o CONSORCIADO CONTEMPLADO pessoa física seja sócio ou acionista;
- II. Pessoa física que seja sócia ou acionista de CONSORCIADO CONTEMPLADO pessoa jurídica;
- III. Descendentes, ascendentes, cônjuge ou parente até o 3º (terceiro) grau;
- IV. Empresa da qual o CONSORCIADO CONTEMPLADO, pessoa jurídica seja sócia ou acionista, bem como de sociedade que seja sua controladora, direta ou indiretamente.

104 – A ADMINISTRADORA reserva-se o direito de aprovar ou não o BEM a ser adquirido pelo CONSORCIADO CONTEMPLADO, e, caso julgue que este não garanta de forma satisfatória a operação e/ou apresente indícios de simulação de compra, não emitirá a AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BEM MÓVEL cabendo ao CONSORCIADO CONTEMPLADO a indicação de outro BEM, o qual estará sujeito à aplicação dos mesmos procedimentos e critérios.

105 – A ADMINISTRADORA não responde por eventual diminuição do valor da garantia em razão de desvalorização do bem adquirido em decorrência de alteração de conjuntura econômica do país ou, em consequência de quaisquer outros fatores, e que o CONSORCIADO não possa reforçar ou substituir.

106 – A ADMINISTRADORA não responde por eventuais vícios ou defeitos, ainda que ocultos, de qualquer natureza e monta, que a qualquer tempo venham a ser detectados no BEM, de vez que o bem adquirido foi de livre e exclusiva escolha do CONSORCIADO.

ANÁLISE DE CRÉDITO E DAS GARANTIAS

107 – A fim de garantir a segurança e equilíbrio financeiro do GRUPO em que a ADMINISTRADORA é gestora, a COOPERATIVA DE CRÉDITO a qual o CONSORCIADO mantém vínculo associativo, poderá prestar fiança em favor do CONSORCIADO, a fim de solver a dívida em favor da ADMINISTRADORA caso este venha a tornar-se inadimplente após a CONTEMPLOAÇÃO.

108 – Caso a fiança prestada nos termos da Cláusula 107 deste CONTRATO venha a ser exigida pela ADMINISTRADORA, ficará a respectiva COOPERATIVA fiadora, sub-rogada em todos os direitos e garantias dadas em favor da ADMINISTRADORA, ficando o CONSORCIADO ATIVO sujeito às penalidades previstas neste CONTRATO, bem como a COOPERATIVA sujeita à cobrança dos valores devidos.

109 – Para garantir o pagamento das PRESTAÇÕES vincendas, o CONSORCIADO ATIVO dará à ADMINISTRADORA o BEM adquirido com o CRÉDITO de CONTEMPLOAÇÃO ou, na hipótese de quitação total do financiamento, o BEM objeto da operação financeira quitada com o CRÉDITO de CONTEMPLOAÇÃO, em Alienação fiduciária em Garantia, submetendo ao registro competente, não se admitindo sua liberação antes da quitação do SALDO DEVEDOR, a não ser em caso de substituição, desde que expressamente autorizado pela ADMINISTRADORA.

110 – Na hipótese de solicitação de quitação total do financiamento e na impossibilidade do imediato oferecimento em garantia do bem móvel que será quitado, a ADMINISTRADORA, a seu critério, poderá exigir garantias pessoais e/ou garantia sob a forma de alienação fiduciária de outros bens que não tenham vinculação com o bem quitado, ficando o respectivo CONSORCIADO responsável pelas despesas decorrentes dessa operação, observado ainda que:

- I. Na ocorrência da hipótese prevista nesta Cláusula, é facultado à ADMINISTRADORA solicitar a alteração da garantia para aquela adquirida através do financiamento quitado;
- II. O não cumprimento da solicitação do item I ensejará a aplicação do previsto na Cláusula 38.

111 – A liberação da alienação fiduciária sobre o bem adquirido será feita pela ADMINISTRADORA após a quitação total do saldo devedor pelo CONSORCIADO, observadas as Cláusulas 46 e 49, num prazo de até 30 (trinta) dias da confirmação da referida quitação.

112 – Para formalização da garantia à ADMINISTRADORA, são considerados documentos necessários à liberação do CRÉDITO ao CONSORCIADO CONTEMPLADO, os constantes do

REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS

466776

CLÁUSULAS GERAIS
Contrato de Adesão

ANEXO I, que devem ser entregues à ADMINISTRADORA no prazo de até 10 (dez) dias úteis da data da ciência da aprovação da avaliação do BEM indicado pelo CONSORCIADO.

- I. A ADMINISTRADORA poderá solicitar outros documentos não constantes no ANEXO I, se entender indispensáveis para complementação das informações cadastrais e das garantias do GRUPO;
- II. O Anexo I poderá sofrer alterações a qualquer tempo para melhoria, segurança e eficácia dos processos administrativos voltados ao Grupo e, sempre que alterado, será disponibilizado ao Consorciado pela Internet, no site da ADMINISTRADORA.

113 – A ADMINISTRADORA reserva-se no direito de não aprovar a análise de CRÉDITO do CONSORCIADO que, no momento da contemplação, não preencher os requisitos previstos neste CONTRATO, o que consequentemente acarretará a não emissão de AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BEM MÓVEL, OU AUTORIZAÇÃO PARA QUITAÇÃO TOTAL DE FINANCIAMENTO, cabendo ao CONSORCIADO a sua regularização.

114 – As exigências feitas pela ADMINISTRADORA para aceitação das garantias, bem como sua recusa, são soberanas e tem por finalidade a defesa dos interesses do GRUPO.

115 – Em se tratando de CONSORCIADO CONTEMPLADO pessoa jurídica, é obrigatória a apresentação de fiança do representante legal.

116 – A ADMINISTRADORA, a seu critério, poderá exigir garantia complementar, proporcional ao valor do saldo devedor do CONSORCIADO CONTEMPLADO, tais como fianças e/ou avais de pessoas idôneas e que possuam rendimentos e patrimônio econômico compatíveis com o débito, títulos de crédito, fiança bancária, notas promissórias ou penhor, independentemente dessa ordem, sem prejuízo do previsto nas Cláusulas anteriores.

- I. Se a garantia complementar for dada em título de crédito, este deverá ter expressamente anotado no verso, a condição de inegociável.
- II. **Nos casos de Consorciados com idade igual ou acima de 65 (sessenta anos) poderá a Administradora exigir a apresentação de Fiador ou Avalista como forma de garantia adicional, independente da capacidade de pagamento.**

117 – Na análise das informações dos avalistas e/ou fiadores, a ADMINISTRADORA é soberana para decidir sobre a aceitação ou eventual recusa destes, valendo-se para esse fim, de critérios objetivos e subjetivos, ficando desobrigada de divulgar os motivos da sua decisão.

118 – Em decorrência de qualquer ato ou fato, mesmo os decorrentes de ações de terceiros ou da natureza que resulte em depreciação total ou parcial do BEM alienado fiduciariamente à ADMINISTRADORA, e entregue ao CONSORCIADO CONTEMPLADO, na condição de fiel depositário, este continuará sendo responsável pelo SALDO DEVEDOR remanescente e por todas as obrigações decorrentes, obrigando-se, ainda, caso a ADMINISTRADORA julgue necessário, a reforçar a garantia ou substituí-la dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias da ocorrência do evento, observando ainda que:

- I. A garantia deverá permanecer íntegra até a quitação do respectivo SALDO DEVEDOR;
- II. A ADMINISTRADORA, a qualquer tempo, poderá solicitar a vistoria no bem dado em garantia;
- III. **O CONSORCIADO não poderá alterar as características do bem ou utilizá-lo de forma diversa ao fim a que se destina, salvo prévia anuência da ADMINISTRADORA.**

119 – A ADMINISTRADORA deverá se pronunciar a respeito dos documentos referentes às garantias exigidas, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua ~~apresentação pelo~~ e DOCUMENTOS

466776

120 – Caso o CONSORCIADO CONTEMPLADO não satisfaça as condições estabelecidas neste CONTRATO para a utilização do crédito, sua CONTEMPLOAÇÃO ficará assegurada, desde que ele não incorra nas hipóteses de cancelamento e que no momento em que reunir cumulativamente tais exigências, utilize seu CRÉDITO.

121 – O prazo de validade da análise de crédito será de 30 (trinta) dias contados a partir da data da respectiva aprovação, desde que não ocorra fato superveniente que comprometa a capacidade econômica e financeira do CONSORCIADO CONTEMPLADO ou do fiador/avalista. Nesta hipótese ou no caso do CONSORCIADO CONTEMPLADO não realizar a aquisição do bem dentro deste período, será necessária a atualização dos documentos para uma nova análise.

CESSÃO DO CONTRATO E SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA

122 – O CONSORCIADO ATIVO, a qualquer tempo, mediante prévia e expressa anuência da ADMINISTRADORA e em concordância com as condições dispostas neste CONTRATO, poderá transferir a respectiva COTA a terceiros, mediante celebração do Instrumento de Cessão de Direitos e Obrigações e pagamento da Taxa de Cessão, bem como dos demais encargos previstos na Cláusula 30 deste documento.

123 – Qualquer outro instrumento particular ou acordo celebrado entre o Cedente e o Cessionário, diferente do instrumento citado na Cláusula anterior, não surtirá efeito legal perante a ADMINISTRADORA, ao GRUPO DE CONSÓRCIO ou a terceiros.

124 – Quando tratar-se de COTA CONTEMPLADA, com bem entregue, a ADMINISTRADORA somente efetuará a Cessão, após a aprovação do cadastro do cessionário e da constituição das eventuais garantias previstas neste CONTRATO, além do pagamento da taxa de registro das garantias prestadas, das despesas incorridas na sua elaboração, despesas de consulta cadastral nos órgãos de proteção ao crédito e da taxa de cessão, além do disposto na Cláusula 122 deste CONTRATO.

125 – Em qualquer das hipóteses acima previstas, o CONSORCIADO cedente deverá estar em dia com todas as suas obrigações contratuais.

126 – Em se tratando de cessão e transferência de COTA com TAXA DE ADMINISTRAÇÃO diferenciada, a anuência da ADMINISTRADORA estará condicionada à transferência da COTA para CESSIONÁRIOS com a mesma CATEGORIA DE ACESSO do CEDENTE quando da ADESÃO ao GRUPO ou a critério da ADMINISTRADORA.

127 – O CONSORCIADO contemplado poderá pleitear a **substituição de garantia** oferecendo outro bem do mesmo tipo daquele objeto do Contrato de Adesão, desde que de valor superior ao seu saldo devedor respeitado ainda a Cláusula 101, livre de quaisquer ônus ou gravames e autorizado expressamente pela ADMINISTRADORA, a qual terá a faculdade de aceitar ou não a substituição, devendo o CONSORCIADO, em caso de aprovação, suportar todas as despesas com a avaliação do bem e demais despesas previstas neste CONTRATO.

I. O CONSORCIADO, quando da solicitação de substituição de garantia, deverá atualizar seu cadastro junto a ADMINISTRADORA, entregando documentação conforme previsto no

ANEXO I deste CONTRATO;

- II. A ADMINISTRADORA poderá realizar nova avaliação da capacidade de pagamento do CONSORCIADO, se julgar necessário e na defesa dos interesses do GRUPO, devendo o CONSORCIADO apresentar condições compatíveis conforme previsto neste CONTRATO.

REGISTRO DE TÍTULOS
& DOCUMENTOS

466776

MARINA / PR

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

128 – A remuneração da ADMINISTRADORA pela formação, organização e administração do GRUPO DE CONSÓRCIO é constituída pela TAXA DE ADMINISTRAÇÃO correspondente ao percentual total estabelecido na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, calculado sobre o VALOR DO BEM OBJETO indicado pelo CONSORCIADO, a ser amortizado nas prestações e incidindo também nas ocorrências abaixo:

- I. Diferenças de prestações, nos termos das Cláusulas 42 e seguintes deste Contrato;
- II. Nos demais casos de transferência de recursos do FUNDO DE RESERVA para FUNDO COMUM.

129 – O percentual da prestação destinado à amortização será apurado mediante a divisão do percentual total, estabelecido na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, pelo número de meses fixados para a duração do GRUPO, exceto quando forem fixados percentuais diferenciados para a amortização, de acordo com o indicado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, o que não alterará a obrigação do CONSORCIADO de amortizar o percentual total da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.

130 – É vedada a majoração do percentual total da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, estabelecido na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO, durante o prazo de vigência do GRUPO DE CONSÓRCIO.

131 – Caberá também à ADMINISTRADORA, a título de remuneração pelos serviços prestados, as importâncias a seguir:

- I. 50% (cinquenta por cento) dos valores recebidos a título de juros e multa decorrentes de atraso no pagamento das prestações;
- II. Até 10% (dez por cento) do valor a que o CONSORCIADO EXCLUÍDO tiver direito, destinado ao resarcimento de despesas na distribuição da COTA referente à participação do CONSORCIADO no GRUPO, e a título de penalidades por quebra contratual.

UTILIZAÇÃO E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO GRUPO

132 – Os recursos do GRUPO, bem como os rendimentos provenientes de sua aplicação financeira, somente poderão ser utilizados mediante a identificação da finalidade de pagamento, conforme as hipóteses previstas neste CONTRATO.

133 – Os recursos do Grupo serão obrigatoriamente depositados em conta vinculada, em banco múltiplo com carteira comercial, banco comercial ou caixa econômica, e os mesmos deverão ser aplicados de acordo com o disposto no § 2º do artigo 6º da Circular Bacen nº 3.432/09.

- I. As importâncias recebidas de CONSORCIADOS, até que sejam utilizadas nas finalidades a que se destinam, conforme previstas neste CONTRATO, serão aplicadas financeiramente com os recursos do fundo comum, revertendo-se o respectivo produto a este próprio fundo;
- II. A ADMINISTRADORA deverá efetuar o controle diário da movimentação das contas componentes das disponibilidades dos Grupos de Consórcio, inclusive os depósitos bancários, com vistas à conciliação dos recebimentos globais para a identificação analítica por Grupo de Consórcio e por CONSORCIADO CONTEMPLADO cujos recursos relativos ao crédito estejam aplicados financeiramente;

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO

134 – A Assembleia Geral Ordinária será realizada na periodicidade prevista na **PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO** ou na periodicidade definida na AGO de constituição do Grupo e destina-se:

- I. À contemplação dos Consorciados, na forma contratual;
- II. À apreciação dos cancelamentos de Contemplação do Consorciado que se tornar inadimplente;
- III. Ao atendimento e à prestação de informações aos Consorciados, obrigando-se a ADMINISTRADORA a manter o CONSORCIADO informado de todas as operações financeiras e da distribuição de créditos relacionados com o respectivo Grupo de Consórcio.

135 – A AGO será realizada em uma única convocação, mensalmente, em local, dia e hora estabelecidos pela ADMINISTRADORA, informados ao CONSORCIADO através de calendário, instrumento ou qualquer meio destinado a esse fim, podendo ainda a ADMINISTRADORA representar os CONSORCIADOS ausentes, conforme previsto na Cláusula 18 deste Contrato.

136 – A Assembleia de Constituição do Grupo de Consórcio ocorrerá na mesma data da primeira Assembleia Geral Ordinária.

137 – Na primeira AGO do Grupo, a ADMINISTRADORA deverá:

- I. Comprovar a existência de recursos suficientes para assegurar a viabilidade econômico-financeira do Grupo;
- II. Promover a eleição de até 3 (três) CONSORCIADOS como representantes do Grupo, com mandato não remunerado, não podendo concorrer à eleição funcionários, sócios, gerentes, diretores e prepostos com poderes de gestão da ADMINISTRADORA ou das empresas a ela ligadas;
- III. Fornecer todas as informações necessárias para que os CONSORCIADOS possam decidir quanto à modalidade de aplicação financeira mais adequada para os recursos coletados, bem como sobre a necessidade ou não de conta individualizada para o Grupo;
- IV. Registrar na ata o nome e o endereço dos responsáveis pela auditoria externa contratada e, quando houver mudança, anotar na ata da Assembleia seguinte ao evento os dados relativos ao novo auditor.

138 – O CONSORCIADO pode retirar-se do Grupo em decorrência da não observância pela ADMINISTRADORA do disposto na Cláusula 137, desde que não tenha concorrido à contemplação, hipótese em que lhe serão devolvidos os valores por ele pagos a qualquer título, acrescidos dos rendimentos financeiros líquidos provenientes de sua aplicação financeira.

139 – A ADMINISTRADORA colocará à disposição dos CONSORCIADOS a relação atualizada dos nomes e endereços dos participantes do Grupo, cuja cópia será fornecida quando for solicitada, bem como do termo de discordância do CONSORCIADO quanto à divulgação de seus dados.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE

140 – Compete à Assembleia Geral Extraordinária dos CONSORCIADOS, por proposta do Grupo ou da ADMINISTRADORA, deliberar sobre:

- I. Substituição da ADMINISTRADORA por outra Administradora, com comunicação da decisão ao Banco Central do Brasil;
- II. Fusão do Grupo de Consórcio a outro grupo administrado pela ADMINISTRADORA;
- III. Ampliação do prazo de duração do Grupo, com suspensão ou não de pagamento de

prestações por igual período, na ocorrência de fatos que onerem em demasia os CONSORCIADOS, ou de outros eventos que dificultem a satisfação de suas obrigações;

IV. Dissolução do Grupo:

- Na ocorrência de descumprimento das disposições legais relativas à administração do Grupo de Consórcio ou das disposições constantes neste Contrato;
- No caso de exclusão de CONSORCIADO em número que comprometa a contemplação dos participantes no prazo estabelecido neste Contrato;
- Na hipótese da descontinuidade de produção do BEM referenciado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO.

V. Substituição do BEM OBJETO ou ÍNDICE ECONÔMICO utilizado para atualização do crédito indicado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO.

VI. Quaisquer outras matérias de interesse do Grupo, desde que não colidam com os normativos vigentes e com as regras deste Contrato.

141 – Somente o CONSORCIADO ATIVO não contemplado poderá participar da tomada de decisões em Assembleia Geral Extraordinária convocada para deliberar sobre:

- Substituição do BEM OBJETO ou ÍNDICE ECONÔMICO referenciado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO que teve sua produção descontinuada;
- Encerramento antecipado do GRUPO DE CONSÓRCIO;
- Assuntos de seus interesses exclusivos.

142 – A ADMINISTRADORA deve convocar Assembleia Geral Extraordinária, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data:

- De conhecimento da descontinuidade do BEM OBJETO ou da extinção do ÍNDICE ECONÔMICO utilizado para atualização do crédito, referenciado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO;
- Da solicitação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CONSORCIADOS do GRUPO, para deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não os afetos à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

143 – A convocação da AGE deve ser feita mediante envio a todos os participantes do Grupo de carta, com aviso de recebimento (AR), telegrama ou correspondência eletrônica, com até 8 (oito) dias úteis de antecedência da sua realização, devendo dela constar, obrigatoriamente, informações relativas ao dia, hora e local em que será realizada a Assembleia, bem como os assuntos a serem deliberados. O prazo de que trata esta Cláusula será contado incluindo-se o dia da realização da Assembleia e excluindo-se o dia da expedição da carta, telegrama ou correspondência eletrônica.

144 – Na AGE, os procuradores ou representantes legais dos CONSORCIADOS deverão ter poderes específicos para deliberar sobre o assunto constante da convocação, e a ADMINISTRADORA somente poderá representar o CONSORCIADO se este lhe outorgar poderes específicos para o evento.

145 – No caso de intervenção ou de liquidação extrajudicial da ADMINISTRADORA, o interventor ou liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil, poderá convocar AGE para deliberar sobre:

- Rescisão do contrato de prestação de serviços celebrado com a ADMINISTRADORA, podendo ainda, apresentar as condições para nomear e contratar nova Administradora, desde que esta satisfaça os requisitos legais e regulamentares; e
- Proposta de composição entre os Grupos de Consórcio, remanejamento de cotas, diluição ou redução do prazo e de número de participantes, revisão do valor de prestação e de outras condições, inclusive indicação de outro Bem de referência do Contrato e rateio de eventuais prejuízos causados pela ADMINISTRADORA sob intervenção ou liquidação.

CLÁUSULAS GERAIS
Contrato de Adesão

146 – A deliberação tomada pelo Grupo de Consórcio, constante na Cláusula anterior, será submetida à apreciação do Banco Central do Brasil.

REGISTRO DE TÍTULOS
& DOCUMENTOS

466776

MARINGÁ - PR

VOTAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS

147 – Cada cota de participação no Grupo de Consórcio dará direito a um voto, podendo votar o CONSORCIADO que esteja em dia com o pagamento das suas prestações, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos.

148 – As Assembleias se instalam com qualquer número de CONSORCIADOS do Grupo de Consórcio, representantes legais ou procuradores devidamente constituídos. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos presentes, não se computando os votos em branco.

149 – Consideram-se presentes os Consorciados que, atendendo as condições de que trata a Cláusula 147, enviarem seus votos por carta, com aviso de recebimento (AR), telegrama ou correspondência eletrônica, desde que esses votos sejam recebidos pela ADMINISTRADORA até o último dia útil que anteceder o dia da realização da AGE.

DISSOLUÇÃO DO GRUPO DE CONSÓRCIO

150 – Havendo dissolução do GRUPO:

- I. Pelas razões mencionadas nas alíneas "a" e "b" do inciso IV da Cláusula 140, o CONSORCIADO ATIVO CONTEMPLADO deverá continuar pagando as prestações vincendas, nas respectivas datas de vencimento, excluída a parcela relativa ao FUNDO DE RESERVA, que serão reajustadas de acordo com o PREÇO DO BEM OBJETO, conforme previsto no CONTRATO DE ADESÃO;
- II. Pela razão da alínea "c" do inciso IV da Cláusula 140, as prestações vencidas do CONSORCIADO CONTEMPLADO serão atualizadas mediante aplicação de índice de preço, igualmente deliberado na respectiva AGE;
- III. As importâncias recolhidas devem ser restituídas conforme a periodicidade prevista, em conformidade com os procedimentos definidos na respectiva AGE, em igualdade de condições aos CONSORCIADOS ATIVOS não contemplados e aos CONSORCIADOS EXCLUÍDOS, de acordo com a disponibilidade de caixa, por rateio proporcional ao percentual amortizado do PREÇO DO BEM OBJETO, vigente na data da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA de dissolução do GRUPO.

ENCERRAMENTO DO GRUPO DE CONSÓRCIO

151 – Dentro de 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da última Assembleia de contemplação do Grupo de Consórcio, a ADMINISTRADORA deverá comunicar:

- I. Aos CONSORCIADOS que não tenham utilizado os respectivos créditos, que os mesmos estão à disposição para recebimento em espécie;
- II. Aos PARTICIPANTES EXCLUÍDOS que não tenham utilizado ou resgatado os respectivos créditos, que os mesmos estão à disposição para recebimento em espécie.
- III. Aos CONSORCIADOS ativos, que estão à disposição para devolução em espécie, os saldos remanescentes no Fundo Comum e, se for o caso, no Fundo de Reserva, rateados proporcionalmente ao valor das respectivas prestações pagas.

152 – O encerramento contábil do Grupo de Consórcio ocorrerá no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data da realização da última assembleia de contemplação e desde que

decorridos, no mínimo 30 (trinta) dias da comunicação de que trata a Cláusula 151, ocasião em que se deve proceder a definitiva prestação de contas do Grupo, transferindo-se à ADMINISTRADORA:

- I. As disponibilidades remanescentes dos respectivos CONSORCIADOS e participantes excluídos;
- II. Os valores pendentes de recebimento, objeto de cobrança judicial.

REGISTRO
E DOCUMENTOS
466776

MARINGÁ - PR

153 – Previamente ao encerramento do Grupo, a ADMINISTRADORA realizará depósito dos valores remanescentes ainda não devolvidos aos CONSORCIADOS e participantes excluídos, nas respectivas contas de depósito à vista ou de poupança informadas na Proposta de Participação se o CONSORCIADO as possuir, comunicando-se a realização do depósito, mantida a documentação comprobatória dos procedimentos adotados.

154 – Para os fins do disposto na Cláusula 153, o CONSORCIADO expressamente autoriza a ADMINISTRADORA a efetuar o depósito na respectiva conta de depósitos à vista ou de poupança, de sua titularidade, informada por ocasião da adesão ao Grupo.

155 – São considerados recursos não procurados:

- I. Os créditos de que tratam a Cláusula 152, que forem apurados na data do encerramento contábil, após transcorrido, sem qualquer manifestação dos interessados no prazo de 30 (trinta) dias;
- II. As disponibilidades financeiras que remanescerem após transcorridos 120 (cento e vinte) dias da recuperação.

156 – Os valores transferidos à ADMINISTRADORA, a título de recursos não procurados por CONSORCIADOS e PARTICIPANTES EXCLUÍDOS, devem ser registrados de forma individualizada, contendo, no mínimo, nome, número de inscrição no CPF ou no CNPJ, valor, números do Grupo e da Cota e o endereço do beneficiário.

157 – Os valores transferidos à ADMINISTRADORA serão remunerados na forma da regulamentação vigente aplicável aos recursos de Grupo de Consórcio em andamento, prevista neste Contrato.

158 – Os valores pendentes de recebimento, uma vez recuperados, serão rateados proporcionalmente entre os respectivos beneficiários, devendo a ADMINISTRADORA, até 30 (trinta) dias após o seu recebimento, comunicar-lhes que os respectivos saldos estão à disposição para devolução em espécie.

159 – Após o encerramento contábil do Grupo, com relação aos recursos pendentes de recebimento de CONSORCIADOS INADIMPLEMENTES, esgotados todos os meios de cobrança admitidos em direito, a ADMINISTRADORA deve lançar os valores não recebidos como prejuízo do Grupo.

160 – Os recursos não procurados, independentemente de sua origem, serão contabilizados em conta específica. Sobre o saldo dos recursos não procurados, atualizado monetariamente, observadas as disposições contratuais e depois de efetivada a comunicação prevista neste CONTRATO, será aplicado Taxa de Permanência de até 10% (dez) por centro, a cada período de 30 (trinta) dias, extinguindo-se nos casos de valores inferiores a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

161 – No período compreendido entre a realização da última Assembleia de Contemplação e o encerramento contábil do Grupo de Consórcio, ressalvado o caso de intervenção ou de liquidação extrajudicial da ADMINISTRADORA, é vedada a transferência do respectivo Grupo de Consórcio, bem como os seus recursos, para outra Administradora de Consórcios.

162 – A cessão de dívida relativa a recursos não procurados pressupõe a obtenção prévia de autorização dos CONSORCIADOS, vedada a sua transferência à empresa não integrante do Sistema de Consórcios.

REGISTRO DE ATOS
E DOCUMENTOS

466776

MARINGA PR

163 – A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO deverá providenciar o pagamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar do comparecimento do CONSORCIADO com direito a recursos não procurados.

164 – Prescreverá em 5 (cinco) anos a pretensão do CONSORCIADO ou do excluído contra o Grupo de Consórcio ou a ADMINISTRADORA, e destes contra aqueles, a contar da data da definitiva prestação de contas do Grupo.

SEGURO DE VIDA EM GRUPO – PRESTAMISTA

165 – A ADMINISTRADORA contratará SEGURO DE VIDA – PRESTAMISTA, de Seguradora idônea, na qualidade de estipulante, com o objetivo de, em caso de morte ou invalidez permanente ou total do CONSORCIADO ATIVO, garantir uma indenização correspondente à quitação do SALDO DEVEDOR ao GRUPO DE CONSÓRCIO, observadas as regras estabelecidas pela Seguradora contratada e as disposições abaixo:

- I. O prêmio do seguro será pago pelo CONSORCIADO ATIVO juntamente com a PRESTAÇÃO, incidindo sobre o VALOR DO BEM, acrescido das taxas de administração e fundo de reserva;
- II. Todo CONSORCIADO ATIVO enquadrado nas condições estabelecidas e aceito pela Seguradora, na data da assinatura da Proposta de Participação a Grupo de Consórcios, participará da apólice de SEGURO DE VIDA - PRESTAMISTA, cuja cobertura terá início a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia em que ocorrer a 1ª (primeira) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO GRUPO DE CONSÓRCIO realizada após o pagamento do referido prêmio;
- III. O seguro de vida somente poderá ser contratado se o CONSORCIADO estiver em perfeitas condições de saúde, não possuir doença preexistente.
- IV. O CONSORCIADO somente terá direito ao seguro de vida se, quando da ocorrência do sinistro, estiver em dia com suas obrigações junto ao GRUPO DE CONSÓRCIO.
- V. No caso de falecimento do CONSORCIADO ATIVO coberto pelo SEGURO DE VIDA - PRESTAMISTA, o 1º (primeiro) beneficiado será a ADMINISTRADORA, na qualidade de representante do Grupo de Consórcio, até o limite do SALDO DEVEDOR do contrato;
- VI. Se houver diferença da indenização referente ao SEGURO DE VIDA - PRESTAMISTA, após a quitação total do SALDO DEVEDOR do CONSORCIADO ATIVO, o restante deverá ser imediatamente entregue aos seus beneficiários legais;
- VII. Em se tratando de CONSORCIADO ATIVO não contemplado, a quitação do SALDO DEVEDOR em decorrência da indenização não implicará em CONTEMPLAÇÃO, que continuará sujeita às regras contidas neste CONTRATO;
- VIII. No caso de CONSORCIADO ATIVO contemplado, após a quitação total do SALDO DEVEDOR, a ADMINISTRADORA procederá à liberação do BEM da alienação fiduciária ou hipoteca se for o caso;
- IX. A apólice contratada com Seguradora, onde a ADMINISTRADORA figurará como Estipulante, terá vigência anual, sendo que na sua renovação poderá ocorrer alteração no percentual do prêmio a ser recolhido mensalmente pelo CONSORCIADO e indicado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO;
- X. Independentemente do número de cotas do CONSORCIADO, a indenização ficará limitada ao montante previsto na apólice vigente à época do sinistro;

DISPOSIÇÕES GERAIS

466776

166 - É facultada à ADMINISTRADORA a contratação de seguro de quebra de garantia, no qual terá por objetivo garantir ao GRUPO, a cobertura das prestações em atraso, em consequência da inadimplência de seus devedores (CONSORCIADOS DE POSSE DO BEM), respeitadas às condições previstas na apólice vigente para o grupo.

167 – A ADMINISTRADORA pagará ao CONSORCIADO, em face da descontinuidade de prestação total de seus serviços, objeto deste CONTRATO, e a título de penalidade por quebra contratual nos termos do art. 10, § 5º da Lei n. 11.795/2008, importância equivalente ao estabelecido na Cláusula 56, calculado sobre o valor pago pelo CONSORCIADO referente ao FUNDO COMUM, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E FUNDO DE RESERVA, se houver.

168 – O CONSORCIADO, TANTO O ATIVO QUANTO O EXCLUÍDO, FICA OBRIGADO A MANTER ATUALIZADAS AS SUAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS PERANTE À ADMINISTRADORA, ESPECIALMENTE AS QUE SE REFEREM A ENDEREÇO, NÚMERO DE TELEFONE E DADOS BANCÁRIOS PARA DEPÓSITOS.

169 – Os casos omissos neste CONTRATO, quando de natureza administrativa, serão resolvidos pela ADMINISTRADORA e confirmados posteriormente pela ASSEMBLEIA GERAL DOS CONSORCIADOS. Nos demais casos, será aplicado subsidiariamente o disposto na Lei nº 11.795/2008 e na Circular Bacen 3.432/2009, as quais dispõem sobre a constituição e o funcionamento de Grupos de Consórcio.

170 – O CONSORCIADO contemplado por lance, cujo pagamento tenha sido confirmado, ou o CONSORCIADO contemplado por sorteio, não poderão desistir da contemplação.

171 – O presente **CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO POR ADESÃO REFERENCIADO EM BENS MÓVEIS** encontra-se devidamente registrado sob o microfilme número _____ em _____ no Cartório de Títulos e Documentos localizado a Av. XV de Novembro, 331 Centro, Maringá, Paraná.

172 – Fica eleito o foro da COMARCA DE MARINGÁ ou, alternativamente, o foro do local da constituição do Grupo de Consórcios, para dirimir quaisquer dúvidas e conflitos decorrentes das disposições contidas neste contrato.

Maringá, 24 de novembro de 2016.

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA.

ELENICE DA ROCHA SOARES PELISSON
CPF.: 019.928.039-86
DIRETORA ADMINISTRATIVA

“CLÁUSULAS GERAIS
Contrato de Adesão”



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR

Hélio Baiardi de Oliveira - Agente Delegado

Av. XV de Novembro, 331 (44) 3029-9453

Emolumentos 54,60
Funrejus 7,36
Distribuidor 8,21
Funarpen 1,10
Microfilme 0,65

Total R\$ 71,81
VRC 300,00

PROTOCOLADO E REGISTRADO

LIVRO B - DIGITALIZADO

Nº 466.776

Maringá-PR, 05 de dezembro de 2016.

Alexandre Xavier Cavalcante

Esc. Juramentado

Selo Digital-AIVAz.GtgkU.UxQlp, Controle: UADGw.sIVD
Consulte em <http://www.funarpen.com.br>

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MARINGÁ - PARANÁ - BRASIL

ANEXO I

CHECK LIST PÓS CONTEMPLAÇÃO

A liberação do crédito está condicionada à apresentação dos documentos listados abaixo.

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS – DO CONSORCIADO

Consorciado Pessoa Física:

- ✓ Ficha Cadastral, preenchida e assinada;
- ✓ Cópia autenticada e legível do RG e CPF - inclusive do cônjuge, se for o caso;
- ✓ Cópia legível do comprovante de residência¹ atual (últimos 60 dias);
- ✓ Cópia do comprovante de renda² atualizado.

¹ São aceitos como comprovantes de residência:

- Contas de Água, Energia, Telefone fixo, TV por assinatura, Correspondência Bancária, Fatura de Cartão de Crédito, Fatura de Condomínio, Gás, IPTU do ano de exercício e Extrato do FGTS.

² São aceitos como comprovantes de renda para Pessoa Física:

• Assalariado

- Cópia autenticada da carteira de trabalho (obrigatório enviar cópia das páginas: foto, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração salarial);
- Holerite de pagamento (dos últimos 3 meses);
- Cópia da declaração de Imposto de Renda, com recibo entrega na Receita Federal;
- Extratos bancários dos últimos 6 (seis) meses.

Obs.: Consorciado deverá comprovar tempo de registro mínimo de 12 (doze) meses;

• Aposentado

- Cópia do cartão de benefício (obrigatório);
- 03 (três) últimos extratos do INSS; ou
- Cópia do extrato bancário dos últimos 6 (seis) meses;
- Cópia da declaração de Imposto de Renda, com recibo entrega na Receita Federal.

• Profissionais Liberais

- Cópia autenticada da carteira funcional (ex. OAB, CRM, CRO, etc.) – obrigatório;
- Cópia da declaração atual de Imposto de Renda, c/ recibo entrega na Receita Federal;
- Extratos bancários dos últimos 6 (seis) meses.

• Autônomos

- Cópia da declaração atual de Imposto de Renda, c/ recibo entrega na Receita Federal;
- Cópia autenticada do Contrato de Prestação de Serviços (com reconhecimento de firma do contratante e contratado); e
- Extratos bancários dos últimos 6 (seis) meses; ou
- Declaração da empresa em que presta serviços em papel timbrado, com CNPJ e firma reconhecida da assinatura do representante legal (necessário comprovar a atribuição do representante legal, ex. contrato social); e
- Extratos bancários dos últimos 6 (seis) meses.

- Locador de Imóveis

- Cópia do IPTU pago do ano corrente em nome do Consorciado – obrigatório;
- Cópia autenticada do Contrato de locação (obrigatório, e com reconhecimento de firma do locador e locatário);
- Extratos bancários dos últimos 06 (seis) meses;
- Cópia da declaração atual de Imposto de Renda, c/ recibo entrega na Receita Federal;

- Produtor Rural

- Requerimento de Micro Empresário ou Cadastro de Produtor Rural (obrigatório);
- Cópia da declaração atual de Imposto de Renda, c/ recibo de entrega na Receita Federal; **ou**
- Nota Fiscal de Produtor Rural de venda do produto dos últimos 12 (doze) meses; **ou**
- Nota Fiscal de Produtor Rural de venda dos últimos 03 meses - quando for produção mensal; **ou**
- Extratos bancários dos últimos 6 (seis) meses; **ou**
- Extrato da Cooperativa com o valor de venda dos últimos 12 (doze) meses dos produtos comercializados pelo garantido;

- Sócio ou acionista

- Cópia do contrato Social e sua última alteração – obrigatório;
- Relação de faturamento mensal dos 12 (doze) últimos meses, com assinatura do contador com o nº do CRC bem como do representante legal;
- Extratos bancários dos últimos 6 (seis) meses;
- Cópia da declaração atual de Imposto de Renda, c/ recibo entrega na Receita Federal;
- Pró-labore.

- Microempreendedor Individual

- Requerimento do empresário (original e alteração).
- Declaração do Simples Nacional, com extrato de faturamento expedido pelo contador com os rendimentos dos últimos 12 (doze) meses da empresa, com assinatura e reconhecimento de firma do representante legal;

Obs.: A empresa deverá ter no mínimo 01 (um) ano de atividade.

Renda: CONSORCIADO PESSOA NATURAL: A parcela mensal poderá comprometer até, no máximo, 30% da renda líquida ou a soma das prestações, quando o CONSORCIADO for titular de mais de uma cota perante a ADMINISTRADORA;

“CLÁUSULAS GERAIS”
Contrato de Adesão

Consorciado Pessoa Jurídica:

ANEXO

466776

- Ficha Cadastral (sócios e cônjuges), preenchida e assinada.
- Cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto Social e alterações posteriores e Ata da Assembleia relativas a nomeação da Diretoria com poderes em vigor, devidamente registradas no órgão competente.
- Cartão do CNPJ.
- Cópia autenticada e legível do RG e CPF de todos os sócios (inclusive dos cônjuges, se for o caso).

Comprovação de Renda/Faturamento:

- Cópia do Balancete acumulado, se transcorrido mais de 3 (três) meses de fechamento do último balanço;
- Demonstrativo do Resultado do Exercício acumulado (assinado pelo contador e pelo representante legal);
- Cópia da declaração de Imposto de Renda, com recibo entrega na Receita Federal;
- Relação de faturamento líquido mensal dos 12 (doze) últimos meses, com assinatura do contador com o nº do CRC bem como do representante legal.

*****Para empresas com Escrituração Fiscal Digital - Sped – ECF- deverão encaminhar: Recibo de entrega e as páginas referentes a DRE e Balanço Patrimonial.**

Renda: CONSORCIADO PESSOA JURÍDICA: O valor da parcela ou das parcelas caso seja titular de mais de uma cota, não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do faturamento mensal;

Consulta nos Órgãos de Proteção ao Crédito

- O Consorciado, não poderá apresentar desabonos de crédito nos órgãos de proteção ao crédito (ex.: Serasa e SPC);

Para Fiador, Cônjuge e/ou Coobrigado:

- Respeitar os mesmos critérios do CONSORCIADO.
- O Fiador deverá comprovar renda líquida de no mínimo 02 vezes superior ao valor das parcelas.

Procuradores

- Cópia autenticada dos documentos pessoais do procurador.
- A procuração deverá ser **Pública** e estabelecer poderes específicos para representar o Consorciado junto a Administradora de Consórcio Sicoob Paraná Ltda.
- **Procuração Pública** informamos que se a mesma foi emitida há mais de **90 dias**, será necessária apresentação da **cópia autenticada da Certidão de Procuração**.

IMPORTANTE:

- Outros documentos e certidões poderão ser solicitados em decorrência de alteração na legislação ou regulamentação específica ou sempre que a administradora julgue necessário, em defesa dos interesses do Grupo.
- Não está abrangida nestas condições particulares a aceitação de CONSORCIADO, coobrigado e avalista (se houver) sem qualquer tipo de renda (Pessoa Física) tais como desempregado, estudante, do lar, trabalhador temporário, etc., ou sem fins lucrativos (Pessoa Jurídica) tais como grêmios, igrejas, sindicatos, prefeituras, etc.

DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO A SER ADQUIRIDO

1. ZERO KM

- Nota Fiscal Eletrônica com anotação de alienação fiduciária "ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA".

466776

MARINGÁ - PR

em favor de

2. SEMINOVOS

- Nota Fiscal Eletrônica com anotação de alienação fiduciária em favor de "ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA"; ou
- Cópia autenticada do DUT devidamente preenchido e com firma reconhecida do comprador e do vendedor;
- Carta de Avaliação de Concessionária Autorizada;
- Cópia do CRLV (Certificado de Registro de Licenciamento do Veículo), do veículo, se for o caso, constando o gravame da alienação fiduciária em favor da administradora.
- Consulta impressa da Tabela FIPE: www.fipe.org.br
- Consulta de Débitos do Veículo (caso conste débitos, necessário regularização).

ANÁLISE DA GARANTIA

- O consorciado não poderá adquirir bens novos ou usados provenientes de leilão ou com chassi remarcado ou recuperado de sinistro, bem como veículos automotores de competição e trilha.
- Veículos blindados ou para transporte, necessário consultar Administradora.
- Na compra de Bens Usados o mesmo deverá ser adquirido por um preço dentro da média do valor praticado pelo mercado na comercialização de BEM, verificado através de tabelas de cotação de preço médio de mercado, expedidas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, para automóveis, caminhões, micro-ônibus, utilitários e motocicletas. Não serão consideradas variações acima da FIPE.
- A Administradora mantém convênio com os Detrans dos estados: **Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina.**

DOCUMENTAÇÃO PARA PAGAMENTO DO CRÉDITO

- Contrato de Alienação – Devidamente assinado, com firma reconhecida do Consorciado e Fiador e Cônjugue (se for o caso);
- Nota promissória - Devidamente assinada;
- Autorização de Pagamento - Devidamente Assinada;

Importante:

Outros documentos poderão ser solicitados em decorrência de alteração na legislação ou regulamentação específica ou sempre que a administradora julgue necessário, em defesa dos interesses do grupo de Consórcio.

**PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO POR
ADESÃO, REFERENCIADO EM BENS MÓVEIS**

REGISTRO DE TÍTULOS
e DOCUMENTOS

Nº Proposta **Grupo** **Nº Máximo de Consorciados** **466776**

KEG. TIT. DOC. MARINGÁ

ANEXO

MARINGÁ - PR

EMPRESA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA.		CNPJ 12.228.808/0001-00	INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTA	
Sede Av. Duque de Caxias, 882, Ed. New Tower Plaza, SL. 2	Bairro Novo Centro	Cidade Maringá	UF PR	CEP 87.020-025
PROPOSTOR				
Razão Social				
CNPJ				
Inscrição Estadual	Data da Fundação	Ramo de Atividade	Faturamento Médio	
Endereço				
Número				
Complemento		Bairro		
Cidade		UF	CEP	
E-mail		Telefone	Celular	
Sócio Administrador				
Participação Societária - %				
CPF		Data de Nascimento		

«CLÁUSULAS GERAIS»
Contrato de Adesão

BEM OBJETO DA PROPOSTA

Descrição do Bem	Fator de Correção	Periodicidade
Valor de Referência do Bem		

DADOS DO PLANO – GRUPO DE CONSÓRCIO

Fundo Comum Total - %	Fundo Comum mensal - %	Taxa de Administração Total - %
Taxa de Administração Mensal - %	Taxa de Administração Antecipada - %	Nº meses p/ Pgto Tx. Adm. Antecipada
Fundo de Reserva Total - %	Fundo de Reserva Mensal - %	Seguro Prestamista - % (mensal)
Seguro Quebra de Garantia - % (mensal)	Prazo Contratado – meses	Prazo duração do Grupo – meses
Grupo trata Lance Embutido SIM () NÃO ()	% de Lance Embutido	Grupo trata Lance Diluído SIM () NÃO ()
Grupo possui créditos diferenciados SIM () NÃO ()	Local de Constituição/Assembleias	Periodicidade Assembleias Gerais

AUTORIZO A REALIZAÇÃO DE DÉBITO EM CONTA CORRENTE DAS PARCELAS MENSAIS DO CONSÓRCIO

Banco: _____ **Agência:** _____ **Conta Corrente:** _____

O PROPONENTE declara que as informações apresentadas acima são verídicas

Assinatura/Proponente _____ Local/Data: _____ / _____ / _____

Para uso da Agência

Cooperativa

Para uso da Administradora

Grupo	Cota	Visto Colaborador

Nº Proposta
Grupo
Nº Máximo de Consorciados
466776
REG. TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO
MARINGÁ - PR

EMPRESA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA.		CNPJ 12.228.808/0001-00	INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTA	
Sede Av. Duque de Caxias, 882, Ed. New Tower Plaza, SL. 2	Bairro Novo Centro	Cidade Maringá	UF PR	CEP 87.020-025

PROPONENTE

Nome	Sexo		
CPF	RG	Data de Nascimento	
Profissão	Renda Mensal		
Endereço	Número		
Complemento	Bairro		
Cidade	UF	CEP	
E-mail	Telefone	Celular	

BEM OBJETO DA PROPOSTA

Descrição do Bem	Fator de Correção	Periodicidade
Valor de Referência do Bem	"CLÁUSULAS GERAIS" Contrato de Adesão	

DADOS DO PLANO – GRUPO DE CONSÓRCIO

Fundo Comum Total - %	Fundo Comum mensal - %	Taxa de Administração Total - %
Taxa de Administração Mensal - %	Taxa de Administração Antecipada - %	Nº meses p/ Pgto Tx. Adm. Antecipada
Fundo de Reserva Total - %	Fundo de Reserva Mensal - %	Seguro Prestamista - % (mensal)
Seguro Quebra de Garantia - % (mensal)	Prazo Contratado – meses	Prazo duração do Grupo – meses
Grupo trata Lance Embutido SIM () NÃO ()	% de Lance Embutido	Grupo trata Lance Diluído SIM () NÃO ()
Grupo possui créditos diferenciados SIM () NÃO ()	Local de Constituição/Assembleias	Periodicidade Assembleias Gerais

AUTORIZO A REALIZAÇÃO DE DÉBITO EM CONTA CORRENTE DAS PARCELAS MENSAIS DO CONSÓRCIO

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

O PROPONENTE declara que as informações apresentadas acima são verídicas

Assinatura/Proponente _____ Local/Data: _____ / _____ / _____

Assinatura/Proponente _____

Para uso da Agência
Cooperativa
Para uso da Administradora

Grupo	Cota	Visto Colaborador
--------------	-------------	--------------------------

CONDIÇÕES GERAIS

Pelo presente instrumento particular, o Cliente qualificado na PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO, doravante denominado **PROPONENTE**, e a ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA., doravante denominada **ADMINISTRADORA**, tem entre si avençada a participação do **PROPONENTE** em Grupo de Consórcio, por meio da Cota referenciada em **Bens Móveis**, cuja constituição, organização e administração ficarão a cargo da **ADMINISTRADORA**, observados os termos e condições estabelecidas nesta PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO, POR ADESÃO, REFERENCIADO EM BENS MÓVEIS ("PROPOSTA") e CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO, POR ADESÃO, REFERENCIADO EM BENS MÓVEIS – CLÁUSULAS GERAIS, em anexo ("CONTRATO").

1. O **PROPONENTE** manifesta, neste ato, sua adesão a todos os termos e condições previstas no **CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO POR ADESÃO REFERENCIADO EM BENS MÓVEIS**, que encontra-se devidamente registrado sob o microfilme número _____ em _____ no Cartório de Títulos e Documentos localizado a Av. XV de Novembro, 331 Centro, Maringá, Paraná.
2. A não aprovação da **PROPOSTA** pela **ADMINISTRADORA**, fato que lhe será comunicado por escrito, implicará na imediata devolução do (s) valor (es) pago (s), sem qualquer custo ou despesa para o **PROPONENTE**.
3. O **PROPONENTE** declara que recebeu previamente uma cópia desta Proposta e do citado Contrato, bem assim, que lhe foram prestados os esclarecimentos necessários, não restando qualquer dúvida pendente, razão pela qual manifesta nesta oportunidade sua concordância com todos os seus termos.
4. O **PROPONENTE** se declara ciente que não há garantia quanto à data de contemplação. A contemplação é efetuada mediante Sorteio e Lance.
5. Após a contemplação e antes da utilização do crédito, o valor ficará aplicado e será pago com os rendimentos líquidos financeiros. Porém, se o valor do bem de referência for alterado, não haverá alteração no valor do crédito do **PROPONENTE** contemplado. Somente as parcelas serão reajustadas a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do GRUPO DE CONSÓRCIOS.
6. O **PROPONENTE** deverá comprovar capacidade de pagamento:
 - a. Pessoa Física: comprometimento máximo de 30% (trinta por cento) da renda líquida com o valor da parcela;
 - b. Pessoa Jurídica: comprometimento máximo de 10% (dez por cento) do faturamento bruto mensal com o valor da parcela;
7. Que para a utilização do CRÉDITO, o **PROPONENTE** não poderá ter restrições cadastrais, devendo apresentar as garantias exigidas no CONTRATO. A **ADMINISTRADORA** fará a análise da situação cadastral no momento da contemplação, devendo apresentar a documentação constante do ANEXO I deste Contrato (Check List Pós Contemplação).
 - a. A **ADMINISTRADORA** na avaliação do crédito poderá solicitar a apresentação de Fiador ou Avalista como forma de garantia adicional;
 - b. **Nos casos de PROPONENTES com idade igual ou acima de 65 (sessenta anos)** poderá a Administradora exigir a apresentação de Fiador ou Avalista como forma de garantia adicional, independente da capacidade de pagamento, para liberação do crédito.
 - c. **Não poderá adquirir veículos novos ou usados provenientes de leilão, com chassis remarcado, de trilha, de competição e recuperados de sinistros.**
8. Uma vez constituído o Grupo de Consórcio, a presente Proposta e o Contrato a ela anexo converter-se-ão, automaticamente, por Adesão, Referenciado em Bens Móveis criando vínculo jurídico obrigacional entre as partes, cujo cumprimento observará os termos e condições neles estabelecidos.
9. O **PROPONENTE** declara ainda, expressamente estar em situação econômico-financeira compatível com a participação no Grupo de Consórcio, podendo assumir os compromissos

REG. TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO

MARINGÁ - PR

- financeiros mencionados nesta Proposta, bem com cumprir com todas as determinações contratuais inclusive as relativas a constituição de garantias, quando da Contemplação.
10. Se a presente Proposta for assinada fora das dependências da **ADMINISTRADORA**, o **PROPONENTE** dela poderá desistir no prazo de 7 (sete) dias, contados de sua assinatura, desde que não participe da AGO ou concorra à Contemplação.
11. O **PROPONENTE** não contemplado, que tiver sua cota cancelada, por desistência declarada ou por inadimplência, depois de participado da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária, terá a devolução do (s) valor (es) pago (s), observadas as condições descritas neste Contrato.
12. Declara, conforme disposição da Circular 3.461/09 e Carta-Circular 3.410/10 do BACEN:
- () Não ser, nem tem sido nos últimos 05 anos, pessoa politicamente exposta, nem representante, familiar ou pessoa de relacionamento próximo de pessoas politicamente expostas.
 - () Ser pessoa politicamente exposta ou representante, familiar ou pessoa de relacionamento próximo de pessoas politicamente expostas.
13. Declara o **PROPONENTE** que () concorda () discorda de sua inclusão como segurado (Seguro de Vida em Grupo) e que, se concorda, atende os requisitos exigidos pela Seguradora, e que está em perfeitas condições de saúde, não possuindo doença preexistente.
14. A **ADMINISTRADORA** contratará Seguro com coberturas de morte e invalidez total e permanente por acidente, ficando investida dos poderes de representação do segurado perante a Seguradora. O seguro tem por objetivo garantir a liquidação do saldo devedor do Segurado junto a **ADMINISTRADORA**, beneficiária do seguro, desde que a apólice e a respectiva cobertura individual estejam em vigor na data da ocorrência do evento e, não se tratando de risco expressamente excluído, observadas as condições gerais da apólice, disponibilizada pela **ADMINISTRADORA** ao **PROPONENTE**, quando solicitado.
15. O **PROPONENTE** após a contemplação, se declara ciente da necessidade de contratação do Seguro de vida, caso não tenha feito quando da adesão ao grupo de consórcio e Seguro do veículo dado em garantia.
16. O **PROPONENTE AUTORIZA** a realização de depósito dos recursos de que trata a Cláusula 153 do Contrato de Participação em Grupo de Consórcio, no banco _____ na Agência _____ conta corrente nº _____ ou de poupança nº _____ comprometendo-se a manter atualizadas, até o encerramento do Grupo de Consórcio.

Local e data

*"CLÁUSULAS GERAIS"
Contrato de Adesão*

PROPONENTE/REPRESENTANTE LEGAL

Testemunha

Nome:

RG:

Testemunha

Nome:

RG:



Nº Proposta
Grupo
Nº Máximo de Consorciados
REG. TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO
REG. TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO

EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SICOOB PARANÁ LTDA.	12.228.808/0001-00	ISENTA	
Sede	Bairro	UF	CEP
Av. Duque de Caxias, 882, Ed. New Tower Plaza, SL. 2	Novo Centro	PR	87.020-025

PROPONENTE

Nome	Sexo		
CPF	RG	Data de Nascimento	
Profissão	Renda Mensal		
Endereço	Número		
Complemento	Bairro		
Cidade	UF	CEP	
E-mail	Telefone	Celular	

BEM OBJETO DA PROPOSTA

Descrição do Bem	Fator de Correção	Periodicidade
Valor de Referência do Bem	<i>CLÁUSULAS GERAIS Contrato de Adesão</i>	

DADOS DO PLANO – GRUPO DE CONSÓRCIO

Fundo Comum Total - %	Fundo Comum mensal - %	Taxa de Administração Total - %
Taxa de Administração Mensal - %	Taxa de Administração Antecipada - %	Nº meses p/ Pgto Tx. Adm. Antecipada
Fundo de Reserva Total - %	Fundo de Reserva Mensal - %	Seguro Prestamista - % (mensal)
Seguro Quebra de Garantia - % (mensal)	Prazo Contratado – meses	Prazo duração do Grupo – meses
Grupo trata Lance Embutido SIM () NÃO ()	% de Lance Embutido	Grupo trata Lance Diluído SIM () NÃO ()
Grupo possui créditos diferenciados SIM () NÃO ()	Local de Constituição/Assembleias	Periodicidade Assembleias Gerais

AUTORIZO A REALIZAÇÃO DE DÉBITO EM CONTA CORRENTE DAS PARCELAS MENSAIS DO CONSÓRCIO

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

O PROPONENTE declara que as informações apresentadas acima são verídicas

Assinatura/Proponente _____ Local/Data: _____ / _____ / _____

Para uso da Agência
Cooperativa
Para uso da Administradora

Grupo	Cota	Visto Colaborador
--------------	-------------	--------------------------

Canais de Atendimento

44 3032-7800

www.consorciounicoop.com.br

consorciounicoop@consorciounicoop.com.br

Ouvidoria

0800 602 7800

ouvidoria@consorciounicoop.com.br

Banco Central do Brasil

145

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE DE PAGAMENTO

REG. TIT. DOC. MARINGÁ

DECLARAÇÃO

ANEXO

REGISTRO DE TÍTULOS
e DOCUMENTOS

466776

MARINGÁ - PR

Grupo:

Cota:

Proponente/Consorciado:

CPF/CNPJ:

Declaro, para todos os fins de direito, que para efeito de comprovação de minha capacidade de pagamento das prestações desta cota de consórcio, possuir rendimento mensal no valor de:

R\$ _____

- 1) Anexo a esta Declaração, faço constar Comprovante de Renda.
- 2) Declaro estar ciente que para a utilização do crédito, deverei comprovar capacidade de pagamento:
 - a) Pessoa Física: comprometimento máximo de 30% (trinta por cento) da renda líquida em relação ao valor da parcela;
 - b) Pessoa Jurídica: comprometimento máximo de 10% (dez por cento) do faturamento bruto mensal em relação ao valor da parcela;
- 3) Declaro estar ciente que para a utilização do CRÉDITO, não poderei possuir restrições cadastrais nos órgãos de Proteção ao Crédito.
- 4) Autorizo a Administradora de Consórcio Sicoob Paraná Ltda., a realizar pesquisa a todo e qualquer Órgão de Proteção ao Crédito, relacionado ao meu nome.

Declaro ainda, que todas as informações prestadas são verídicas.

Local e data

*“CLÁUSULAS GERAIS”
Contrato de Adesão*

PROPONENTE/REPRESENTANTE LEGAL

TERMO DE ADESÃO AO SEGURO DE VIDA EM GRUPO E DECLARAÇÃO PESSOAL DE SAÚDE

Nome:

CPF/CNPJ:

Grupo

Data Nasc.:

Cota:

Pela presente autorizo V.Sas., a contratarem em meu nome, um Seguro de Vida em Grupo, através da Unicoob Corretora de Seguros Ltda, SUSEP nº 05061810562670, com a **SANCOR SEGUROS DO BRASIL**, que deverá mensal e juntamente com a prestação de minha cota, efetuar a cobrança deste seguro.

INÍCIO E VIGÊNCIA

Para as coberturas de Morte Natural, Morte Acidental e Invalidez Permanente Total por Acidente, a vigência do risco individual terá início a partir do dia seguinte a primeira participação do consorciado em Assembleia, e desde que recolhido o prêmio de seguro.

COBERTURAS EM FUNÇÃO DAS IDADES

A cobertura comprehende entre a idade de 16 a 65 anos.

INDENIZAÇÃO PARA MORTE NATURAL, MORTE ACIDENTAL E ACIDENTES PESSOAIS

Em caso de sinistro, a indenização a ser paga pela Seguradora fica limitada ao valor do saldo devedor para grupos de imóveis e valor da categoria para grupos de automóveis, motocicletas e serviços na data da liquidação do sinistro, desde que haja cobertura técnica para o sinistro e será aplicada na quitação do saldo devedor de minha cota.

A diferença que eventualmente houver entre o saldo devedor de minha cota e a indenização efetivamente paga pela Seguradora será paga aos beneficiários indicados abaixo. No caso de não ser indicado o nome dos beneficiários, a diferença da indenização, caso haja, será paga aos herdeiros legais.

Nome do Beneficiário	Grau de Parentesco	Percentual de Participação na Indenização

DECLARAÇÃO PESSOAL DE SAÚDE

O proponente declara que tem pleno conhecimento das disposições do Código Civil (especialmente artigos 765 e 766) que informam que se houver informações inexatas ou omissão de circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou na taxa do prêmio, haverá a perda do direito ao seguro.

A DECLARAÇÃO ABAIXO DEVE SER INTEGRALMENTE PREENCHIDA DE PRÓPRIO PUNHO PELO PROPONENTE TITULAR, devendo responder às questões abaixo, por extenso, utilizando as expressões "SIM" ou "NÃO", sem omitir nenhuma informação, em observância ao Artigo 766 do Código Civil Brasileiro. Assim, se na eventual ocorrência de um sinistro ficar comprovado que o Segurado omitiu ou distorceu informações sobre seu estado de saúde, este seguro será anulado, ficando a Seguradora e Administradora isenta do pagamento do valor segurado.

QUESTÕES	RESPOSTAS (Apenas Sim ou NÃO)	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
1 – Você se encontra em plena atividade de trabalho? Se responder "Não", especifique.		
2 – Sofre atualmente ou sofreu de alguma moléstia que o (a) tenha obrigado a consultar médicos, hospitalizar-se ou afastar-se de suas atividades de trabalho, tem ou teve doença como diabetes, câncer, hérnia, cardíaca, circulatória, pulmonar, digestiva ou hipertensão arterial? Especifique.		
3 – Sofre ou sofreu de alguma doença não relacionada acima? Especifique.		

4 – Faz uso habitual de algum medicamento por orientação médica? Especifique.		
5 – Tem deficiência de órgãos, membros ou sentidos? Explique, indicando o grau de deficiência.		
6 – Foi submetido (a) a alguma internação clínica ou cirúrgica? Quando? Especifique.		
7 – Já recebeu indenização de seguro devido a acidente ou doença? Indique motivo, ano e seguradora.		
8 – Já teve proposta de seguro de vida e acidentes pessoais recusada por qualquer seguradora? Em caso afirmativo, indique a época e a seguradora.		
9 – Pratica paraquedismo, voo livre, mergulho ou exerce atividade profissional ou amadora a bordo de aeronaves de quaisquer características? Especifique.		
10 – Tem outros seguros de Vida e/ou Acidentes Pessoais ou alguma Proposta de Seguro em fase de aceitação em outra seguradora. Caso positivo, qual seguradora, desde quando.		
11 – Informe peso e altura.		
12 – É fumante ou fumante de cigarros ou outros produtos relacionados ao tabaco? Se responder "Sim", discrimine e especifique há quanto tempo e qual a quantidade diária.		

**“CLÁUSULAS GERAIS”
Contrato de Adesão**

_____, ____ de _____ de 20 ____.



CONSORCIADO